

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO

Soldado Sampaio

Aurelina Medeiros
Coronel Chagas
Jorge Everton
Renan Filho

Betânia Almeida
Eder Lourinho
Lenir Rodrigues
Renato Silva

Catarina Guerra
Gabriel Picanço
Marcelo Cabral
Tayla Peres

Chico Mozart
Jeferson Alves
Nilton Sindpol
Yonny Pedroso

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputada Catarina Guerra – Presidente;
- b) Deputado Renan Filho – Vice-Presidente;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputado Coronel Chagas;
- e) Deputado Evangelista Siqueira;
- f) Deputado Jorge Everton;
- g) Deputada Lenir Rodrigues.

Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputado Jorge Everton – Presidente;
- b) Deputado Nilton Sindpol – Vice-Presidente;
- c) Deputado Eder Lourinho;
- d) Deputado Jeferson Alves; e
- e) Deputado Dhiego Coelho.

Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Nilton Sindpol – Presidente;
- b) Deputado Coronel Chagas – Vice-Presidente;
- c) Deputado Neto Loureiro;
- d) Deputado Renan Filho; e
- e) Deputada Tayla Peres.

Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputado Evangelista Siqueira – Presidente;
- b) Deputada Lenir Rodrigues – Vice-Presidente;
- c) Deputada Ângela Águida;
- d) Deputada Catarina Guerra; e
- e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Cultura e Juventude:

- a) Deputado Jeferson Alves – Presidente;
- b) Deputado Jalsen Renier – Vice-Presidente;
- c) Deputado Chico Mozart;
- d) Deputado Eder Lourinho; e
- e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputado Neto Loureiro – Presidente;
- b) Deputada Aurelina Medeiros – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Odilon Filho;
- e) Deputada Tayla Peres;
- f) Deputado Nilton Sindpol; e
- g) Deputado Renan Filho.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputada Aurelina Medeiros – Presidente;
- b) Deputado Jânio Xingu – Vice-Presidente;
- c) Deputado Dhiego Coelho;
- d) Deputado Gabriel Picanço;
- e) Deputado Marcelo Cabral;
- f) Deputado Neto Loureiro; e
- g) Deputado Renan Filho.

Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Renan Filho – Presidente;
- b) Deputado Odilon Filho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Betânia Almeida;
- d) Deputado Chico Mozart; e
- e) Deputado Jorge Everton.

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputada Tayla Peres – Presidente;
- b) Deputado Jânio Xingu – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jalsen Renier;
- d) Deputado Nilton Sindpol; e
- e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

- a) Deputado Gabriel Picanço – Presidente;
- b) Deputado Chico Mozart – Vice-Presidente;
- c) Deputado Eder Lourinho;
- d) Deputado Marcelo Cabral; e
- e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Odilon Filho – Presidente;
- b) Deputado Marcelo Cabral – Vice-Presidente;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputado Eder Lourinho; e
- e) Deputado Gabriel Picanço.

Comissão de Políticas Indigenistas:

- a) Deputada Lenir Rodrigues – Presidente;
- b) Deputado Jeferson Alves – Vice-Presidente;
- c) Deputado Coronel Chagas;
- d) Deputado Nilton Sindpol; e
- e) Deputado Marcelo Cabral.

Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços:

- a) Deputado Dhiego Coelho – Presidente;
- b) Deputado Eder Lourinho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jalsen Renier;
- d) Deputado Jorge Everton; e
- e) Deputado Neto Loureiro.

Comissão de Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação:

- a) Deputado Jânio Xingu – Presidente;
- b) Deputado Dhiego Coelho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jeferson Alves;
- d) Deputado Renan Filho; e
- e) Deputada Yonny Pedroso.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputado Renato Silva – Presidente;
- b) Deputado Gabriel Picanço – Vice-Presidente;
- c) Deputada Ângela Águida;
- d) Deputada Catarina Guerra; e
- e) Deputado Coronel Chagas.

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

- a) Deputada Betânia Almeida – Presidente;
- b) Deputada Ângela Águida – Vice-Presidente;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputada Catarina Guerra; e
- e) Deputada Yonny Pedroso.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputada Yonny Pedroso – Presidente;
- b) Deputada Ângela Águida – Vice-Presidente;
- c) Deputada Betânia Almeida;
- d) Deputado Evangelista Siqueira; e
- e) Deputada Lenir Rodrigues;

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputada Ângela Águida – Presidente;
- b) Deputada Tayla Peres – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jânio Xingu;
- d) Deputada Lenir Rodrigues; e
- e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Coronel Chagas – Presidente;
- b) Deputada Catarina Guerra – Vice-Presidente;
- c) Deputado Evangelista Siqueira;
- d) Deputado Jorge Everton;
- e) Deputada Lenir Rodrigues;
- f) Deputada Aurelina Medeiros (1ª suplente); e
- g) Deputado Neto Loureiro (2ª suplente)

Comissão de Defesa e Proteção aos Direitos dos Animais:

- a) Deputado Chico Mozart – Presidente;
- b) Deputado Renato Silva – Vice-Presidente;
- c) Deputada Betânia Almeida;
- d) Deputado Jeferson Alves; e
- e) Deputada Yonny Pedroso.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Eder Lourinho – Presidente;
- b) Deputado Neto Loureiro – Vice-Presidente;
- c) Deputada Betânia Almeida;
- d) Deputado Chico Mozart; e
- e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Minas e Energia:

- a) Deputado Jalsen Renier – Presidente;
- b) Deputada Yonny Pedroso – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Jeferson Alves; e
- e) Deputado Renato Silva.

SUMÁRIO

Superintendência Legislativa

- Ata da 2905ª Sessão Ordinária - Íntegra 02

Superintendência Administrativa

- Resoluções nº 0016 a 0018/2022 16

Superintendência de Gestão de Pessoas

- Resolução nº 0049/2022 16

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

ATAS

ATA DA 2905ª SESSÃO, EM 21 DE DEZEMBRO DE 2021

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SOLDADO SAMPAIO

Às dez horas e trinta e três minutos do dia vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e um, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se início à segunda milésima nongentésima quinta Sessão Ordinária da oitava legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Bom dia a todos! Sejam todos bem-vindos ao Poder Legislativo Estadual.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jeferson Alves** – Há quórum, senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito à senhora segunda-secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Aurelina Medeiros**– (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discuti-la, coloco a Ata em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordarem com a Ata da Sessão anterior permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente

O Senhor Primeiro-Secretário **Jeferson Alves** – O Expediente consta do seguinte, senhor presidente: **RECEBIDOS DO EXECUTIVO**: Mensagem Governamental n. 85/2021, encaminhando o Projeto de Lei n. 334/2021, que “dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima - IPEM/RR, extingue e cria cargos comissionados e dá outras providências”; Mensagem Governamental n. 86/2021, encaminhando o Projeto de Lei n. 335/2021, que “altera a Lei n. 832, de 29 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR) dos Servidores Públicos do Quadro de Pessoal do Instituto de Previdência do Estado de Roraima - IPER, e dá outras providências”; Mensagem Governamental n. 87/2021, objetivando alterar dispositivo do Projeto de Lei n. 313/2021, que altera a Lei n. 1.469, de 9 de agosto de 2021, que “dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual para o Exercício Financeiro de 2022 e dá outras providências”; Mensagem Governamental n. 88/2021, encaminhando o Projeto de Lei n. 336/2021, que “dispõe sobre a criação de funções gratificadas para atender o funcionamento da estrutura organizacional da Casa Militar da Governadoria; a extinção de cargos comissionados previstos na Lei n. 852, de 14 de junho de 2012; a extinção de cargos comissionados previstos na Lei Delegada n. 17, de 14 de fevereiro de 2003; a revogação da Lei n. 852, de 14 de junho de 2012, e dá outras providências”; Mensagem Governamental n. 89/2021, encaminhando o Substitutivo ao Projeto de Lei n. 307/2021, que “dispõe sobre a transformação da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa em Secretaria de Estado da Agricultura Desenvolvimento e Inovação - Seadi, a alteração da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento - Seplan e da Secretaria de Estado da Cultura Secult, a criação do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima - Iater, a extinção do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima - Iacti, e dá outras providências”; **RECEBIDOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**: Ofício n. 6248/2021, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, encaminhando o Projeto de Lei n. 326/2021, que “cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - Funseg e dispõe sobre suas receitas e a aplicação de seus recursos, e dá outras providências”; Ofício n. 6217/2021, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, solicitando andamento do Projeto de Lei que trata da Justiça de Paz em Roraima. **RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS**: Ofício n. 006/2021, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, encaminhando Relatório de Atividades Trimestrais. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS**: Proposta de Emenda Constitucional n. 007/2021, de autoria de vários deputados, que “acrescenta o inciso IV ao artigo 149 da Constituição do Estado de Roraima”; Proposta de Emenda Constitucional n. 008/2021, de autoria de vários deputados, que “acrescenta o artigo 19 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Roraima”; Projeto de Lei n.

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br> - Email: docgeralale@gmail.com

AURENICE MAGALHÃES BEZERRA

Gerência de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Chefia do Núcleo de Produção do Diário Oficial

ANDRÉ GUILHERME TAVARES MILENAS

MATHEUS CASTRO DOS SANTOS

Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, *conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, de segunda a sexta-feira até às 15:30h, conforme estabelecido no Ato Normativo nº 001/2008.*

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

325/2021, de autoria do deputado Evangelista Siqueira, que “proíbe o exercício de cargo, emprego ou função pública por pessoa com condenação penal transitada em julgado pelo crime de maus-tratos contra animais”; Projeto de Lei n. 327/2021, de autoria do deputado Jorge Everton, que “dispõe sobre a criação de um Programa Estadual de Incentivo ao Esporte e Lazer no Estado de Roraima e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 328/2021, de autoria do deputado Jorge Everton, que “declara patrimônio cultural imaterial do Estado de Roraima a cultura HIP HOP e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 329/2021, de autoria da deputada Lenir Rodrigues, que “dispõe sobre o tratamento fisioterapêutico de mulheres mastectomizadas no Estado de Roraima”; Projeto de Lei n. 331/2021, de autoria do deputado Evangelista Siqueira, que “dispõe sobre a criação do Memorial em Homenagem às Vítimas da Pandemia da Covid-19 no Estado de Roraima”; Projeto de Lei n. 332/2021, de autoria do deputado Evangelista Siqueira, que “cria o programa ‘Palco Cultural’ no Estado de Roraima e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 337/2021, de autoria da deputada Lenir Rodrigues, que “institui a política estadual de valorização da mulher no campo e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 338/2021, de autoria do deputado Evangelista Siqueira, que “institui a Política Estadual de Educação 5.0 nas Escolas e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 339/2021, de autoria do deputado Evangelista Siqueira, que “institui a política estadual de incentivo à leitura no Estado de Roraima e dá outras providências”; Substitutivo ao Projeto de Lei n. 208/2021, de autoria da deputada Catarina Guerra, que “dispõe sobre a efetivação da Lei Lucas - Lei Federal n. 13.722/2018, no âmbito do Estado de Roraima, orientando o Poder Executivo e instituições privadas a promoverem capacitação em noções básicas de primeiros socorros para educadores, professores e funcionários”; Substitutivo ao Projeto de Lei n. 279/2021, de autoria do deputado Jânio Xingu, que “autoriza o Estado de Roraima a implantar o Auxílio Pescador Artesanal, por meio da doação de Kit Pescador, e dá outras providências”; Proposta de Moção de Pesar n. 066/2021, de autoria de vários deputados, pelo falecimento do Dr. Alceste Madeira de Almeida; Requerimento n. 182/2021, de autoria da deputada Lenir Rodrigues, que “requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei n. 296/2021”; Requerimento n. 183/2021, de autoria da Comissão Especial Externa, presidida pelo deputado Marcelo Cabral, requerendo prorrogação de prazo; Requerimento n. 184/2021, de autoria do deputado Evangelista Siqueira, que “requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei n. 129/2019”; Indicações n. 1466 e 1467, de autoria do deputado Chico Mozart; Indicação n. 1468, de autoria do deputado Odilon Filho; Indicação n. 1469, de autoria do deputado Evangelista Siqueira; Indicação n. 1470, de autoria da deputada Tayla Peres; Indicações n. 1471 a 1473 e 1486 a 1489, de autoria da deputada Catarina Guerra; Indicação n. 1474, de autoria do deputado Gabriel Picanço; Indicação n. 1475, de autoria da deputada Betânia Almeida; Indicação n. 1476, de autoria do deputado Jorge Everton; Indicações n. 1477 e 1478, de autoria da deputada Lenir Rodrigues; Indicação n. 1479, de autoria do deputado Renan; Indicação n. 1480 a 1485, de autoria da deputada Aurelina Medeiros; Memorando n. 187/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, justificando sua ausência à Sessão do dia 14 de dezembro de 2021; Memorando n. 089/2021, de autoria da deputada Angela Águida Portella, justificando sua ausência à Sessão do dia 15 de dezembro de 2021; Memorando n. 140/2021, de autoria do deputado Jalsner Renier Padilha, justificando sua ausência às Sessões dos dias 14, 15 e 16 de dezembro de 2021; Memorando n. 164/2021, de autoria da deputada Lenir Rodrigues, justificando sua ausência à Sessão do dia 15 de dezembro do corrente ano; Memorando n. 128/2021, de autoria da deputada Yonny Pedroso, justificando sua ausência às sessões dos dias 15 e 16 de dezembro do corrente ano; **DIVERSOS:** Ofício n. 1071/2021, de autoria da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que reitera o Ofício n. 1024/2021/SEAPA/GAB, que trata da proposta de anulação e suplementação das despesas nas Emendas Parlamentares n. 025 e 024/2021, de autoria da deputada Angela Águida Portella; Ofício n. 0270/2021, de autoria do Conselho Regional de Medicina do Estado de Roraima, encaminhando relatório e anexos referentes à fiscalização ocorrida no período de 16 a 19 de novembro de 2021, no Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazaré, para ciência e providências.

Era o que constava no Expediente, senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jeferson Alves** – Presidente, nós temos cinco oradores inscritos.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Temos cinco oradores inscritos: deputado Jorge Everton, deputado Renato Silva, deputado Renan, deputado Jeferson Alves e deputado Coronel Chagas. Com a palavra, por até doze minutos, o deputado Jorge Everton.

Quero comunicar aqueles que acompanham a Sessão no

Plenário, que só serão permitidas manifestações através de palmas. Qualquer outro tipo de manifestação não é permitido, de acordo com o nosso Regimento. Então, desde já, solicito às pessoas que acompanham a Sessão que só se manifestem por meio de palmas.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Bom dia, Presidente! Bom dia, colegas deputados, servidores. Vocês que nos acompanham aqui nesta Sessão, sejam bem-vindos à Casa do Povo. Vocês são muito bem recebidos aqui. Presidente, eu vou falar rápido, já que eu só tenho doze minutos. Eu gostaria de começar retomando o assunto da semana passada, quando acabou ocorrendo uma obstrução e nós não votamos projetos importantes que estão pautados. Eu questionei o fato de haver a nomeação de praticamente todos os aprovados no concurso da PM e deixar apenas 230 de fora. Eu questionei, porque nós sabemos que o governador está fazendo além do que ele teria obrigação, já que ele chamou todos os números de vagas e ainda chamou os cadastros de reserva, mas nós sabemos do déficit que existe na Polícia Militar, e há necessidade da contratação. Então nós fizemos uma indicação ao governador, eu conversei com ele na sexta-feira, pessoalmente, falando da importância de finalizar esse concurso que já se arrasta há anos. E esse mérito não tem que ser meu, não tem que ser de deputado individual, esse mérito é do governador Antonio Denarium, ele é que vai ser o responsável, porque ele é que está reestruturando o Estado; ele mudou a cara do Estado de Roraima. Ele pegou um Estado quebrado, salários atrasados, e hoje a realidade é diferente porque ele é um bom gestor e tem feito um grande trabalho. Nós precisamos, dentro do orçamento, arrumar uma forma de agasalhar esses aprovados no concurso. Temos a situação, também, da Polícia Penal, que, hoje, precisa de uma Lei para garantir a eles as vagas, porque hoje as vagas já estão todas preenchidas. É uma situação diferente da que existe hoje na PM, que já existem as vagas, é só convocar. Eu falei para o governador: “governador, o senhor não consegue fazer todos em uma turma?” Então, deputada Lenir, eu sugeri a ele que convocasse os 470 de uma única vez e dividisse em turmas. Não há problema, nós iríamos garantir a esses homens e mulheres a condição de poder finalizar o seu concurso público. Olha, dinheiro para isso tem, porque eu fui surpreendido hoje com um Projeto de Lei do Judiciário que cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados. Com todo o respeito aos nossos magistrados, mas a segurança é pública, e já existe um Fundo Estadual de Segurança Pública. Toda a população tem direito à segurança pública. Homens, mulheres, cidadãos comuns estão morrendo, sendo assassinados nas ruas, e precisam de segurança pública! E está na Lei, no Projeto de Lei que está tramitando aqui, e eu gostaria também de ter acesso à Lei, porque ela foi aprovada em uma Comissão Especial, e eu não tive acesso. Eu faço parte da CCJ, não passou pela CCJ, foi direto para a Comissão Especial, e tem o § 1º do artigo 3º, presidente, que fala que o superávit financeiro será mantido no fundo. Todos nós sabemos que todos os superávits têm que ser devolvidos para o Executivo. Então se tem dinheiro sobrando para se guardar em um fundo, por que não investir na segurança pública do nosso Estado? Por que não nomear os 230 que faltam? Por que não criar vagas para o sistema prisional, sistema penal? Eu fui diretor de penitenciária, eu sei o quanto é difícil. Nós precisamos repensar os nossos conceitos. Eu sei que eu tenho o apoio de muitos deputados, praticamente todos, e eu sei que nós contamos com o apoio do governador Antonio Denarium, e nós precisamos. Eu pedi ao presidente que nós obstruíssemos a pauta hoje e ele mostrou a importância de alguns projetos, separou alguns para que nós pudéssemos discutir e deliberar hoje, mas a criação de cargos, a criação de secretarias, isso nós não podemos fazer enquanto não resolver a situação orçamentária deles. Eu sei que eu não estou sozinho nessa causa, eu sei que vários colegas deputados estão imbuídos no mesmo objetivo, e eu conto com vocês, meus colegas, para que nós consigamos fazer justiça para nomear os aprovados no concurso público que são quadro de reserva sim. Ninguém está dizendo que eles não são, mas eles foram aprovados, passaram em um concurso público, não estão pedindo cargo comissionado a ninguém não. Outro ponto que eu gostaria de falar, Presidente, é da minha alegria em ver o governador Antonio Denarium convocando as pessoas para tirarem a sua Carteira de Habilitação Cidadã. Alegria em saber que em 2015, quando apresentei o projeto de lei, criando a Carteira de Habilitação Cidadã, existia, tramitando aqui nesta Casa, dois projetos parecidos: um do deputado Coronel Chagas e um do deputado Marcelo Cabral. E nós fizemos a união desses três projetos e os transformamos em um só projeto, e, desde 2015, existe a Lei da Gratuidade da Habilitação, mas ela não era cumprida. Eu coloquei emenda minha, o governador se mobilizou, organizou, e até hoje, eu quero chamar atenção para que as pessoas entreguem os documentos, que até hoje o governo do Estado estará fazendo, lá no Detran, essa juntada de documentos de quem tem

direito. É um direito ao cidadão, é um direito da pessoa de baixa renda, e esta Casa teve um papel relevante ao criar essa Lei. Muitos diziam que ela não iria prosperar, e ela hoje está prosperando graças à determinação e à vontade do governador Antonio Denarium. Ele tem sido um grande gestor e nós precisamos fazer justiça a ele, a um homem que pegou um Estado quebrado, endividado e conseguiu fazer a diferença como ele está fazendo na vida das pessoas. Então fica o meu registro.

Aqui à frente está o resultado do trabalho da CPI da Saúde, um trabalho exaustivo, que teve o seu relatório aprovado com a participação de todos os deputados, e nominalmente eu quero agradecer ao presidente Coronel Chagas, à deputada Lenir, ao deputado Evangelista, ao deputado Renato, que foi o cara que comprou a briga para abrir a CPI, e aí está, Renato, o resultado do nosso trabalho; o deputado Eder Lourinho, o deputado Sampaio que participou de grande parte da CPI até se tornar Chefe da Casa Civil. Acho que eu não estou esquecendo nenhum membro, não. Estou esquecendo, Renato, alguém? Não, né? Então, a todos que nos auxiliaram, nos ajudaram nesse trabalho exaustivo, está aqui. Diziam que não ia dar em nada, mas a CPI já deu em prisão, já deu em busca e apreensão, e está aqui o fruto do trabalho sério desta Casa: mais uma CPI que teve início, meio e fim.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Marcelo Cabral**. – Bom dia a todos os presentes, deputados, deputadas, a todos aqueles que estão nos assistindo e ouvindo pela Rádio e Tv Assembleia. Quero aqui parabenizar pela habilitação digital, ou carteira digital, como ficou, CNH Cidadã. Isso era um sonho de alguns deputados. Começou comigo, apensou o do Chagas, e depois apensou o seu, mas isso é uma união de todos os deputados que votaram e aprovaram. Eu quero aqui parabenizar o Governo do Estado, que teve a sensibilidade de receber esse projeto e, junto ao Executivo, botar em prática. Lógico que tinha que ter um recurso, daí Vossa Excelência colocou sua emenda para contemplar as pessoas de baixa renda que mais precisam no estado de Roraima. Isso é uma vitória do estado de Roraima, uma vitória dos deputados que acreditaram na CNH Cidadã, e, o mais importante, deputado Jorge Everton, é o Governo ter acatado o pedido desta Casa, ter tido a sensibilidade de dizer: “esse projeto é importante”. Eu vejo o papel do parlamento, neste momento, gratificante, de poder ser deputado estadual. Eu quero aqui agradecer a todos os deputados que votaram, que contribuíram e, em especial, três deputados: Coronel Chagas, Jorge Everton e a mim, deputado Marcelo Cabral, pela gratidão, pelo compromisso de trazer a Vossa Excelência. Isso merece uma salva de palmas mesmo. Obrigado ao Governo do Estado, aos deputados e a esta Casa pela grandeza e pelo compromisso. Muito obrigado e bom dia a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** continua. – Obrigado. Eu quero que fique registrada a fala do deputado Marcelo. Meu coração encheu-se de esperança quando você pediu a palavra, como relator do orçamento. Eu achei que o senhor iria fazer algum comentário sobre o nosso pedido para atender aos 230 que faltam ser nomeados. Se Vossa Excelência quiser fazer uma complementação, eu cedo mais um minuto para Vossa Excelência. Vossa Excelência é muito importante nessa negociação, todos os deputados estão imbuídos nesse objetivo, e nós contamos com a sua determinação, como relator do orçamento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – É importante dizer que esta Casa é o pai e a mãe de todo o Estado. A sensibilidade de todos os deputados, como o deputado Jorge Everton, deputado Jeferson, nós podemos ver o olhar de carinho brilhando no seu olho de poder ajudar as pessoas deste Estado. Vejo aqui o presidente da Casa deputado Sampaio, no intuito de poder solucionar... temos que trabalhar isso em 4 mãos. Não tenha dúvidas que vamos levar, vamos construir o melhor para, e, neste momento, resolver todos os problemas, não só o da PM e também do pessoal penal. Parabéns e obrigado por tudo!

O Senhor Deputado **Jorge Everton** continua. – Presidente, o senhor me permite 2 minutos para eu encerrar? Então, deputado Marcelo, eu já faço uma solicitação para que o senhor agende com o governador uma reunião com todos os aprovados no concurso e com todos os deputados, para que possamos buscar isso no orçamento. Porque, sinceramente, eu tenho muitos amigos que são juizes, são magistrado, por quais eu tenho respeito, carinho. Eles são merecedores de terem segurança, sim, mas o Fundo Estadual de Segurança Pública já existe e não podemos criar fundos de segurança pública individuais. A segurança é pública, ela é para todos. Colocando esses homens e mulheres na academia, treinando, capacitando, nós teremos uma segurança pública mais forte, mais pujante que atenda a toda nossa população do nosso Estado. Finalizando, esse final de semana, eu estive em Rorainópolis, eu estive fazendo a grande final da Copa Jorge Everton das vicinais. É o segundo ano, a segunda copa que nós fazemos, levando esporte, lazer, diversão para a população. É por isso que estou com essa cara de tão cansado, pois foram dias intensos,

mas prazerosos, porque esse contato com a população faz com que surjam ideias, surjam oportunidades de melhorar a vida das pessoas e nós temos esse contato permanente. Então fica aqui nosso respeito e meu carinho para todos os moradores das vicinais distantes, porque é muito fácil fazer um campeonato aqui na capital, é muito fácil o deslocamento, agora você lembrar de quem estar na vicinal mais distante e provocar que todos vejam a realidade daquela vicinal... Nós temos vicinais intrafegáveis porque o governo passado preferiu entrar na justiça para não reformar a vicinal e o governador Antonio Denarium está aí trabalhando na busca de recuperar todas as vicinais do nosso Estado. Ele tem muito trabalho para mostrar e, por isso, deputado Gabriel, nós contamos, sim, com a sensibilidade dele para resolver a questão final do concurso público tanto da Polícia Militar como da Polícia Penal. Obrigado e bom dia a todos!

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Com a palavra, o deputado Renato Silva, por até 12 minutos.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Bom dia a todos! Quero cumprimentar o presidente Sampaio e os demais colegas parlamentares, bem como a toda população que está aqui neste Plenário assistindo a esta Sessão Legislativa; os polícias militares, os concursados da Polícia Militar da segunda turma, os agentes penais e todos vocês que estão nos acompanhando pela Tv Assembleia e nas redes sociais. Deputado Jorge, quero agradecer aqui sua palavra em referência ao meu trabalho, ao nosso trabalho na CPI, que foi um trabalho de dois anos, um trabalho mesmo que dediquei muito tempo e dedicação de a gente se privar, às vezes, de estar visitando nossas lideranças no interior, como Vossa Excelência fez agora no campeonato em Rorainópolis, pois tínhamos que estar debruçado nesses mais de 40 processos aqui para concluir o relatório e não parava de chegar denúncias e foi se estendendo, se estendendo, entrou a pandemia e complicou mais ainda nosso trabalho. Mas, graças a Deus, conseguimos. Adoecemos com isso. Fomos muito atacados pois diziam que a CPI não iria dar em nada, mas nós conseguimos. Só no período da pandemia, foram quase 80 milhões de reais de recursos que seriam supostamente desviados da Secretária de Saúde. Então, obrigado, deputado Jorge. Parabéns pelo seu trabalho como relator. Eu fui um dos que levantou a bandeira para que Vossa Excelência fosse o relator dessa CPI. Lembro como se fosse hoje, eu recolhendo assinaturas e eu lhe pedindo para o senhor ser relator e Vossa Excelência disse: “relator, fui agora há pouco no último mandato, do sistema prisional, deu muito resultado, mas quero te falar, Renato, é teu primeiro mandato e é um trabalho pesado, demanda dedicação. Mas, eu aceito se os colegas votarem a favor a me colocarem como relator. Eu aceito mais esse desafio”. Vossa Excelência aceitou esse desafio, o presidente Chagas dirigiu todos os trabalhos e conseguimos, enfim, concluir a CPI e concluí-la com êxito. Muitas operações da polícia que houve durante esses dois anos já foram resultado do trabalho da CPI da Saúde.

E quero aqui, deputado Jorge, falar desse seu projeto, e eu estive ontem no Detran, da Carteira de Habilitação Cidadã. Estive lá ontem, fui fazer uma visita ao Detran e vi uma fila extensa de pessoas que iriam receber a habilitação, e elas já estão recebendo a habilitação a custo zero. Vossa Excelência aprovou essa lei em 2015, o governador executou agora essa lei, executou agora esse benefício à população, ou seja, 400 cidadãos roraimenses vão receber uma habilitação a custo zero, e isso, nós sabemos, como Vossa Excelência falou aqui, estamos conseguindo fazer porque o estado de Roraima hoje se encontra com o saldo positivo. Talvez outro governo não teria conseguido, porque, como falei ainda há pouco para os concurreseiros, não adianta a gente aprovar um orçamento com responsabilidade e não ter dinheiro para efetivar o que estamos aprovando aqui. Então, nós temos que colocar no papel coisas que, realmente, dê realmente condições de o governador fazer, pois a gente não tem mais como fazer situações só por questões políticas, para ter ganhos políticos; nós precisamos concretizar, aprovar aqui o orçamento para que o Governo possa concretizar o que foi aprovado. Nós temos que fazer essa união com ele, sentar, debater esse orçamento. Nós já estamos terminando o mês de dezembro e nós não conseguimos o relatório do orçamento ainda. Nós precisamos olhar o governador, olhar o que possa ser feito. Deu para chamar X? Vamos comunicar as pessoas que estão esperando e dizer: “olha, dá para chamar X policias, dá para chamar X agentes” e falar a realidade. Nós já chamamos 430 policias militares, já chamamos 400 agentes penais e, se der para chamar todos, nós vamos chamar todos. Agora, tem que ser feito com responsabilidade, com debate com o governador, pois, no final das contas, quem paga a conta é o Executivo, é o Governo. Então, aqui, deputado Jorge, quero parabenizá-lo, parabenizar os deputados que participaram da aprovação dessa lei em 2015, quando ainda nem era deputado, essa lei da carteira de habilitação. Ontem eu fui acompanhar e está mesmo sendo efetivada. Se Deus quiser, vamos tentar dobrar

esse número de habilitação, porque habilitação está muito cara. Hoje eu cheguei a ver que tem habilitação que custa dois mil reais. Como um pai de família vai tirar uma habilitação, vai tirar dois mil reais ganhando um salário mínimo? Então, realmente, esse projeto está dando benefício para a população que mais precisa. Parabéns, conte comigo. Se puder colocar no orçamento, vamos colocar no orçamento e, se precisar de emendas, vamos colocar emendas porque isso traz muita segurança, e trânsito é segurança pública. Como Vossa Excelência falou agora há pouco, deputado Jorge, eu achei muito interessante o que o senhor falou na reunião que estávamos tendo com os polícias militares: “o estado de Roraima, quando o governador pegou, era um fusquinha, era um carro velho e quebrado, hoje, o estado de Roraima é uma Ferrari”. Hoje o estado de Roraima pagou suas contas, hoje... A grande parte da rejeição que o nosso governador Antonio Denarium tinha foi porque ele passou o primeiro ano pagando contas de gestões anteriores. Se o Estado não tivesse quebrado, com as empresas terceirizadas há onze meses sem receber, com os servidores públicos três meses sem receber, talvez ele tivesse iniciado o investimento no Estado em 2019, mas, infelizmente, todos os setores do estado de Roraima haviam sido saqueados: saúde, Iper, segurança pública. Vocês que são polícias militares há mais tempo, que participaram da outra gestão, vocês lembram que não tinha viaturas, as viaturas que havia não tinham pneus. Eu lembro, sei que vocês têm um crédito para comprar combustível para a viatura. Eu já tive testemunho de policial aqui que disse que, às vezes, a viatura chegava lá e não passava o cartão, porque não tinha dinheiro para abastecer a viatura e hoje foram passar o cartão e tinha 300 mil de créditos para abastecer viaturas. É outra realidade que o estado de Roraima vive hoje. E a isso nós devemos fazer jus. Ele pode ter os defeitos com político de não ter a habilidade, o carinho, a forma de falar que agrade as pessoas, mas nós nunca tivemos um político com a habilidade administrativa que o Antonio Denarium teve, nunca tivemos. Em todos os setores ele investiu, para todos os setores ele fez concurso público: progressões, concursos, nomeações, diminuições de gastos. Ele não tem contrato nem para servir café no palácio, nos mínimos detalhes: conta de água, conta de energia pagas em dia de todas as instituições. A Polícia Civil, deputado Jorge Everton, deputado Nilton, não tinha papel para imprimir BO. Está aqui Vossa Excelência dizendo que teve que comprar papel. E como é que estamos hoje? Entregando delegacias novas, prédios modernos, viatura da Polícia Civil novas. Eu já vi vários delegados falarem que forem chefes de gestão na gestão passada na Polícia Civil, mas eu queria ser chefe nessa gestão do Antonio Denarium, por quê? Porque além de prédios novos, deputado Gabriel, tem toda a estrutura que a Polícia Civil precisa para trabalhar. Coloquei emenda em Pacaraima, um município de fronteira que não tinha uma delegacia de Polícia Civil, e nós vamos inaugurar, agora em janeiro, deputado Gabriel, uma delegacia moderna, na fronteira de Pacaraima, com celas, com toda a estrutura de uma delegacia do século 21. Está sendo em Pacaraima, deputada Aurelina...

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros**. – Eu só queria parabenizar pela sua lucidez, pela análise coerente que você está fazendo do Estado, que tem várias facetas, e me somar, pedir seu apoio, tenho pedido isso ao governador Denarium todos os dias. Nós hoje temos no setor agrícola, na Secretária de Agricultura, sete agrônomos e cinco veterinários. Nós temos uma assistência técnica que tem trinta técnicos desde do primeiro concurso de 1991 e nós temos uma luta imensa hoje. É um setor que precisa ser visto agora, porque é ele que gera renda para pagar os salários dos demais setores. Precisa ser cuidado, precisa ser visto também como uma parte importante desse governo. Eu já peço seu apoio nessa sua coerência, para que a gente possa defender juntos essa ideia.

O Senhor Deputado **Renato Silva** continua. – Já falei a Vossa Excelência que se um dia eu for governador, a senhora será a secretária de agricultura. Deputada Aurelina, quero dizer para Vossa Excelência que muitos pensam que, para ser político, não precisa ter preparo, porque, realmente, não é exigido escolaridade, não é exigido nenhum tipo de preparo, basta o cara pedir voto, ter carisma e caminhar. Mas o resultado de ter preparo na política são esses resultados que estamos trazendo para o estado de Roraima; é quando o deputado Jorge faz uma lei que beneficia o cidadão que não tem condições de comprar uma habilitação; é quando aprovamos no orçamento um concurso público que nós tínhamos um déficit de quase 600 pessoas para um policial militar, e, hoje nós temos 290. Manaus, deputada Aurelina, que tem dois milhões de habitantes, deputada Aurelina, o governador Wilson Lima fez um concurso para chamar duzentos polícias militares. Nós já chamamos quatrocentos e trinta e nós temos apenas setecentos mil habitantes. Pelo IBGE, não chega nem a setecentos. Então, isso é fruto de responsabilidade, de trabalho

competente. Então, para estar aqui representando o povo do Estado de Roraima, representando a classe que precisa, é preciso ter preparo, é preciso saber o que se está fazendo e não é só falar o que o povo quer ouvir; não é só falar o que vocês querem ouvir, o que a população quer ouvir, tem que ser falada a realidade, tem que ser falado como o Estado está. Ninguém imagina, nem a própria população, nem os eleitos de 2018 imaginavam como o Estado estava destruído, ninguém imaginava. Nós passamos o ano de 2019, um ano muito difícil, cortando na própria carne, diminuimos orçamento dos setores que vinham todo ano tendo reajuste, tudo isso para que o governador Antonio Denarium pudesse ajustar as contas. O governador Antônio Denarium teve que dizer “não” para todo mundo e com isso subiu sua rejeição, mas hoje estamos colhendo o fruto do “não” que ele deu lá atrás. Hoje o Estado está fazendo esses investimentos, e eu tenho certeza que o governador Antônio Denarium vai ganhar a eleição. Eu não tenho dúvidas disso, isso não é arrogância, não é prepotência, não é por pesquisa. Tenho certeza porque, em qualquer debate, discurso político, a gente ganha, e ganha mostrando trabalho, porque ele trabalhou para o Estado de Roraima. Ele, junto com esta Assembleia, com esta legislatura, conseguiu tirar o estado de Roraima do fundo do poço. E, hoje, todo o investimento que o estado de Roraima está fazendo não é empréstimo ou fazendo mais dívidas, é tudo recurso nosso. Obrigada pessoal e bom dia!

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Com a palavra, o senhor deputado Renan, por até doze minutos.

O Senhor Deputado **Renan** – Bom dia a todos! Primeiramente, eu queria agradecer sempre a Deus pela oportunidade de estar aqui neste Parlamento. Em nome do presidente Soldado Sampaio, queria saudar todos os nossos pares. Na realidade, eu uso a palavra para saudar também quem está nos assistindo pela TV Ale e pela Rádio da Assembleia também, pelas redes sociais. Aproveitando a oportunidade, queria parabenizar a Comunicação desta Casa, pelo excelente trabalho que eles vêm fazendo para os deputados estaduais, pois não adianta o deputado trabalhar e não ter uma comunicação competente, como a que esta Casa tem, então, parabéns à Comunicação da Assembleia Legislativa, parabéns à TV Assembleia, parabéns à Rádio Assembleia, porque todas as ações do Governo chegam através do trabalho de vocês. Então, é uma meritocracia e eu tenho certeza que esta Casa está bem assessorada com a Comunicação.

Eu uso esta Tribuna, hoje, mais para fazer um desabafo e um pedido. Vou começar pelo pedido. Peço que o governador do Estado de Roraima, sem “mi, mi, mi”, não preciso estar explicando nada aqui, até porque o deputado Jorge Everton, o deputado Renato Silva, o deputado Jeferson Alves, o deputado Sampaio, todos os deputados desta Casa já falaram. Governador, são quatrocentos e setenta famílias que estão esperando essa convocação. A segurança pública nunca vai ser um gasto; isso é um investimento, até porque como o deputado Renato Silva falou hoje, nós temos o cartão com trezentos mil, temos viaturas, mas nós precisamos de policiais. Então, eu peço ao governador, eu peço a esta Casa, peço ao deputado Marcelo Cabral, que é relator, que sempre esteve à disposição de escutar, e é como o deputado Renato Silva falou: precisamos ter responsabilidade, que a gente olhe com carinho e que logo, logo o governador possa investir nesses quatrocentos e setenta e nove policiais militares. Com relação à segunda turma da Polícia Penal, o investimento é gigantesco dentro do sistema prisional, e o que pedimos também, governador, é que com essas obras que vão ser entregues no novo sistema prisional, que o senhor dê oportunidade para que essas pessoas que estão ali possam representarem e cuidar da segurança dos nossos presídios. Aqui não tem questão política, são vinte e quatro deputados que defendem os interesses da população. No dia 07 de outubro de 2018 nós fomos eleitos com a responsabilidade de mudar a vida das pessoas, e é assim que vamos fazendo hoje na Assembleia Legislativa. Parabéns a todos os meus colegas e eu tenho certeza que vocês que estão aí no Plenário, vocês podem contar com a gente.

Quero fazer um desabafo agora com relação ao que vem acontecendo com o estado de Roraima. O estado de Roraima sem querer desmerecer o nosso presidente, no qual eu vou votar novamente, independente se alguém é contra ou não, que é o presidente Bolsonaro, o que vem acontecendo com este Estado, hoje, é um absurdo. Quantas vezes o estado de Roraima teve autoridades federais que vieram aqui para tentar resolver os problemas deste Estado e nunca foi resolvido! Eu vou dar um exemplo aqui de um colega nosso que tirou uma corrente lá da vila de Jundiá e foi falado mal do deputado, que, por sinal, ele fez o que muitos queriam fazer, não por interesse próprio, não porque ele queria prejudicar o indígena, pelo contrário, era somente para livrar o Estado de Roraima da dependência de uma corrente. Você pode sair lá do Rio Grande do Sul, pegar o começo do Brasil e vir até Roraima, você não

vai ver uma corrente impedindo o direito de ir e vir. Então, parabéns, deputado. Você fez a sua parte. Infelizmente, este Parlamento é muito pequeno para a gente chegar ao Governo Federal e para que ele nos livre da corrente. Não é somente a corrente! Daqui a mais ou menos uns seis meses nós, parlamentares, estaremos fazendo campanha e nós vamos usar a BR 174, e ela, literalmente, está intrafegável. A única BR que liga este Estado ao Brasil, e agora, infelizmente, teve um acidente, vitimando um ex-deputado e aqui fica os meus sentimentos aos familiares do deputado Alceste, e todos nós iremos passar por isso. O deputado Renato Silva sempre vejo que vai para Rorainópolis. O deputado Jorge Everton, a maioria de nós aqui entramos em um carro, pois ninguém tem avião para ir para Rorainópolis ou para qualquer lugar do Estado não, então, a gente chega e é só buraco, e o que o DNIT faz? Nada, literalmente nada. Está aí a imigração. Qualquer imigrante que entrar aqui nessa cidade tem que ser bem atendido, mas não tem um brasileiro que é bem atendido aqui também. Os hospitais estão lotados, e a conta quem paga sempre é o Governo do Estado, e a conta sempre cai para o Governador Antonio Denarium, que tem feito milagre com a menina dos olhos do Presidente da República, que está grávida, de um (...) chamado Nicolas Maduro. Então, a ajuda que o Governo Federal dá para o nosso Estado, hoje, ela é muito pequena pelo que a gente vem sofrendo hoje com a imigração. A maternidade está um caos. É culpa do Governo? Não, literalmente, é culpa do Governo Federal. Nós temos uma bancada de oito deputados, nós temos uma bancada aqui de vinte e quatro deputados estaduais e temos três senadores da República, mas, infelizmente, o Governo Federal não olha para o Estado de Roraima e estamos passando por dificuldades que, talvez, ano que vem, nós não conseguiremos resolver. Isso é triste! Para completar e terminar, deputado, fibra ótica, a fibra da internet. Toda vez quebra a internet e no outro dia eles consertam ou horas depois eles consertam; agora, literalmente, não consertam mais, por quê? Porque é Roraima. Porque em Roraima pode tudo: a gente pode ficar sem internet, a gente pode ficar sem saúde, a gente pode ficar sem infraestrutura, a gente pode ficar sem nada, a conta sempre tem que ir para o Governo Estadual, por quê? E a gente escuta isso em Brasília, escuta em qualquer lugar: “porque Roraima, simplesmente, é um bairro. Roraima tem, sei lá, quatrocentos mil habitantes, então não é importante para o Governo Federal”. É importante sim. Essa crise migratória é a maior da história deste Estado, uma das maiores do mundo e o Governo Federal, simplesmente, não está fazendo nada. Então, fica o meu apelo aqui aos parlamentares, para que a gente possa ir a Brasília, até porque quando a gente for à casa da população, ano que vem, a gente tem um discurso, que pelo menos a nossa parte a gente fez. Eu tenho vinte e quatro colegas aqui comprometidos com este Estado e eu tenho certeza, que no dia que o Presidente da República resolver atender os parlamentares deste Estado, nós vamos mudar a história do nosso Estado com relação à imigração. Então, era isso, deputado Jorge Everton.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jorge Everton**. – Parabeno Vossa Excelência pelo discurso. Não vou tomar muito tempo. Eu somente quero passar uma informação referente ao que você falou do concurso da Polícia Penal e da Polícia Militar, em números, deputado Renan, para a gente finalizar os duzentos e trinta que faltam ser convocados. A PM gastaria, por ano, R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), apenas R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por mês, e isso orçamentária não é nada. A Polícia Penal ela não tem a vaga ainda para ser nomeada, mas se a gente os colocar na academia e fazer o estudo do aumento de vaga para o próximo ano, a gente garante que eles concluem a última fase do concurso, e ficam prontos para, futuramente, serem nomeados. Estamos falando de apenas R\$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais). Eu fiz uma conta rápida. Se a gente somar eles dois, dá R\$ 16.700.000,00 (dezesseis milhões e setecentos mil reais), dividindo pelos vinte e quatro deputados, daria, mais ou menos, setecentos mil de emendas parlamentares que nós poderíamos disponibilizar e está aí a solução. Então, já fica o meu comprometimento nisso. Se os vinte e quatro deputados se alinharem, a gente resolve essa situação da PM, sem mexer em orçamento do Estado, sem mexer em orçamento do Judiciário, apesar de que eu volto a afirmar que a segurança pública tem que ser de todos e para servir a toda população. Então fica o meu pedido, o meu apelo aos vinte quatro deputados. Obrigado!

O Senhor Deputado **Renan** continua. – Obrigado, deputado. Eu não poderia deixar de parabenizar, também, o governador Antonio Denarium. Os meus colegas que usaram a Tribuna já falaram o quanto ele é importante para o Estado, que é um grande administrador, um grande gestor e eu tenho certeza que ele vai arrumar uma solução para que possamos chamar os quatrocentos e setenta policiais militares e também a segunda turma da Polícia Penal.

Para finalizar a minha fala, hoje é um dia muito especial na

minha vida, literalmente. Hoje faz dezesseis anos que a pessoa mais importante da minha vida nasceu, que é o meu filho Kauê. Eu não vou poder passar o aniversário com ele, mas queria aqui, meu filho, parabenizar você pelos dezesseis anos, dizer que você mudou, literalmente, a minha vida. Se eu estou hoje aqui usando esta Tribuna, representando esta Casa, isso eu devo muito a você. Obrigado por ser esse filho maravilhoso, esse filho gentil. Papai não está aí, mas fica aqui a minha homenagem para você. Obrigado por tudo. O aniversário é seu, mas o presente de ter você como filho é meu. Te amo, meu amor. Obrigado!

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Com a palavra, o deputado Jeferson Alves, por até doze minutos.

O Senhor Deputado **Jeferson Alves** – Senhoras e senhores deputados, senhor presidente, senhoras e senhores que nos acompanham pelas redes sociais, pela TV Assembleia, amigos que se fazem presentes aqui no Plenário, nossos concursados da PM, nossos concursados ali, futuros formados da Polícia Penal, Polícia Militar que se fazem presentes aqui. A gente, ouvindo parlamentar por parlamentar, discurso por discurso, a gente começa a imaginar e até fecha o olho, imaginando este Estado, que é um Estado bonito de um conto de fadas, mas não é essa a realidade do nosso dia a dia. Eu quero começar por tópicos aqui, porque eu fique prestando bastante atenção. Hoje o Governo atrai uma rejeição enorme, não é porque ele passou dois ou três anos falando “não” para a população; ao contrário, ele passou dois anos, três anos de gestão, tratando e não cumprindo, não tendo palavra. Quer uma prova? O concurso da PM só está acontecendo e somente vai ter a oportunidade de acontecer graças a dois deputados que peitaram aqui no orçamento, que foi o deputado Dhiego Coelho e o deputado Renato Silva, pois por esse Governo tinha encerrado esse concurso. Isso ninguém fala. Falar que a casa está organizada, que a casa está bonita, que tem dinheiro é fácil, vamos fazer efetivar. Por que não chamar essas pessoas que se prepararam para servir o Estado com excelência, mas cria-se cargos comissionados? Mandam para esta Casa a criação de cargos comissionados, mandam para esta Casa a criação de secretarias extraordinárias sem nenhum tipo de necessidade, sabem por quê? Sabem por quê? Porque ano que vem se avizinha uma eleição, e quer fazer disso um cabide eleitoral para poder ir para a eleição com maior número de cargos comissionados no cabresto. Essa é a verdade, essa é a verdade. Se alguém dos deputados aqui ou qualquer um me disser a necessidade da criação dessas três, quatro secretarias extraordinárias criadas por esse governado alguns meses atrás, a necessidade de criação de cargos comissionados a rodo, visando uma eleição, e não o chamamento dessas pessoas que precisam ser chamadas para atender a sociedade, eu me calo. Basta ver os números, e nisso eu quero fazer justiça ao deputado Jorge Everton, que todo tempo, todos os meses nesta Casa aqui, quando esse assunto chegou aqui, ele tem se debruçado juntamente com alguns deputados aqui, o deputado Renato Silva e outros, fazendo cálculo, fazendo cálculo. E eu vou fazer um cálculo aqui rapidamente para o governador Antonio Denarium, que ele é o rei do cálculo. A gente chega para conversar com ele e é uma matemática, ele puxa uma lista de números. Vamos lá: dezesseis milhões de reais, pouco mais de um milhão e meio, um milhão e quatrocentos mil por mês, aproximadamente, durante o ano. Bota na caneta aí, governador Antonio Denarium, liga a sua calculadora aí, pois o senhor está me assistindo. Diminua aí três secretarias extraordinárias que o senhor mandou aqui para essa Casa, cancele a criação dos quatrocentos e setenta cargos comissionados que o senhor quer criar, em véspera de eleição, que no final o senhor vai ver que vai fazer uma economia de aproximadamente oito ou nove milhões de reais. Dos dezesseis que nós precisamos vai ficar faltando sete, mas Vossa Excelência ainda pode ousar mais, pegar a mesma calculadora, deputado Coronel Chagas, e diminuir lá sete milhões da comunicação que não fala com ninguém e não se comunica com nada, e colocar no concurso público. Aí você vai ver o resultado efetivo. Não adianta essas pessoas virem para cá pressionar os deputados e ele passar pela manhã ali, como ele passou e disse: “vai lá na Assembleia e cobra dos deputados. Se eles colocarem no orçamento, eu faço”. Mas por outro lado, ele manda para esta Casa a criação de vários cargos comissionados que, pela maioria absoluta se sua base, vai aprovar. Não todos, a maioria absoluta. Estou sendo bem claro, não por todos, porque tem deputado da base que não concorda com essa aberração de votar os cargos comissionados enquanto não chamar os concursados. Isso está sendo claro. Mas é muito fácil, vou usar aqui uma fala da minha amiga deputada Aurelina, que ela fala: “muito fácil fazer festa com o chapéu dos outros”. Ela sempre disse isso aqui, e é o que ele fez hoje. Ele passou pela manhã lá e falou para eles: “olha, cobrem da Assembleia. A Assembleia tem que arrumar um jeito”. Jogar a bomba para o nosso colo, sendo que na criação de cargos, de secretarias, de

cargos comissionados está vindo de lá para cá. Não é daqui para lá não. Então é muito fácil jogar a responsabilidade que é dele para o colo dos deputados. E o deputado Jorge Everton, entre outros deputados aqui, já se colocaram à disposição para nós arrumarmos um entendimento. Eu quero me posicionar aqui claramente também contra este fundo da justiça, criado pela justiça. Se está criando fundo, é porque está sobrando dinheiro. Você criando fundo é porque está sobrando dinheiro. Se está sobrando dinheiro, por que não chamar essas pessoas? Por que não chamar os concursados? E eu não estou falando isso aqui não é chovendo no molhado não. Eu não sou policial civil, eu não sou policial militar, aqui tem vários deputados que representam, por sinal, muito bem, a classe de vocês, mas eu sou deputado de todos, do não policial, do cidadão comum e é o meu dever lutar pelo certo e nós sabemos da necessidade que nós temos. Roraima era um estado, onde eu nasci em 1986, que dormíamos de portas e janelas abertas. O Estado de Roraima é um estado, hoje, que a violência cresceu e muito. No domingo passado, nove horas da manhã, havia dois corpos estendidos na principal do Pintolândia, assassinados. Não adianta ter viatura nova, ter um cartão comparativo com trezentos mil na conta, se não tiver ninguém para operar isso, se não tiver policial, se não tiver gente preparada. Não adianta! Não adianta! Então, governador, faça um gesto, faça um gesto, corte da carne! Diminua o orçamento da comunicação, extinga essas secretarias extraordinárias que não servem para nada, que são um cabide de emprego político para tentar eleger quem o povo de Roraima já disse “não” nas urnas por várias vezes. Vossa Excelência é muito mal acompanhado. Vossa Excelência, além de fazer um governo atrapalhado, em muitas áreas, Vossa Excelência está muito mal acompanhado. O governo de Vossa Excelência já ultrapassa 60% de rejeição, segundo as pesquisas. Aí traz para dentro do governo ex-políticos que, quando estiveram no mandato, tinham 60, 70% de rejeição. Coloca lá para gerenciar a Casa Civil um ex-governador que saiu cassado com mais de 70% de rejeição. Se você botar isso, Denarium, na sua calculadora, é um governo de mais de 200% de rejeição. Como é que ganha uma eleição desse jeito? O fracasso é a sua má companhia, é você ouvir quem no passado destruiu este Estado. Quando você foi candidato a governador e o povo lhe elegeu, você prometeu fazer o diferente e reconstruir um Estado que esses mesmos que você colocou dentro do Palácio ajudaram a destruir. Esses mesmos que estão hoje ao redor são os responsáveis por ter colocado este Estado no fundo do poço. Como é que você vai dizer isso para a população? Diga agora como é que você vai dizer isso para o povo? Trazer as pessoas que ajudaram a destruir o Estado, que você tanto diz que está tentando reconstruir, é um contrassenso. São dois pesos e duas medidas, é conversa para boi dormir. Então, assim, se você tem uma casa organizada, se o dinheiro está no cofre, se o Estado está com as contas redondos, é graças, também, ao apoio deste Poder aqui que, nesses três anos, fez de tudo para ajudar o Governo do Estado a sair da situação que se encontrava. De tudo! Todos os deputados aqui. A Aurelina tem cinco, seis mandatos aqui. Toda vez que se vai votar um orçamento é um quebra pau aqui dentro, porque nós que não temos tanta experiência como ela, queremos fazer um monte de coisa, mas ela fala assim: “calma, calma, que não é assim. Eu já estou aqui há tanto tempo, falta dinheiro para cá, não tem dinheiro para isso.” Porque ela conhece, mas, na verdade, não adianta só a Aurelina ficar se debatendo, o deputado Marcelo se debatendo, o deputado Chagas, como líder do Governo, se falta boa vontade do Executivo em cortar na própria carne e dizer: “rapaz, a prioridade aqui é a segurança do meu Estado. Vamos diminuir o orçamento aqui dessa comunicação, vamos diminuir aqui o orçamento da cultura, vamos diminuir um pouquinho aqui, vamos puxar dali e encolher daqui que vai dar certo, vai dar certo”. Vai esperar o quê? Vai esperar chegar à eleição para ir para a televisão e dizer: “olha gente, vota em mim de novo, quero ser governador de novo, que eu vou fazer o concurso público para trazer mais quatrocentos, quinhentos policiais militares”. Para com isso, governador. A chance é agora. Esta Casa já demonstrou “h” vezes que está aqui disposta a ajudar como sempre tem ajudado. Não é o caso de eu estar na oposição que eu não quero ajudar o Governo, pelo contrário, faço aqui o possível para ajudar, agora, também não posso concordar com a criação de um Fundo da Justiça, com a criação de cargos comissionados, com a criação de secretarias extraordinárias e falar não para essas pessoas que estão ali do outro lado, que se prepararam a vida toda para essa oportunidade. É inaceitável! Então, a conta não fecha, a conta não fecha. Se tem dinheiro para cargo comissionado, se tem dinheiro para secretaria extraordinária, tem que ter dinheiro para chamar os concursados. E eu quero aqui fazer um desafio ao governador, que, de vez em quando manda recado para mim, que eu só falo mal do governo dele. É mentira! É mentira! Eu reconheço sim os avanços que o Governo fez e se ele fizer um gesto de

chamar esses quatrocentos e setenta policiais militares e arrumar um jeito para aquela turma da Polícia Penal ingressar no sistema e fazer um curso de formação, vai ter em mim aqui o primeiro deputado a estar elogiando esse governo, o primeiro deputado a está subindo esta Tribuna aqui elogiando. Agora tem em mim também uma crítica. Se virar as costas para essas pessoas, se não chamar essas pessoas insistindo na criação dos cargos comissionados e na criação de secretaria extraordinária, vai ter a minha crítica mais ferrenha durante esse último ano de governo, porque eu não posso, simplesmente, fechar os olhos. Um absurdo essa criação desse cabide de emprego às vésperas de eleição e não atender o que é de prioridade, que é a segurança pública! Um aparte à deputada Aurelina, meu amor.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros**. - Eu não quero polemizar, deputado Jeferson, mas eu só quero esclarecer uma coisa. Eu não me aguento, porque nós estamos falando muito em fundo do Judiciário. Fundo do Judiciário não é projeto do Executivo, não. O Judiciário tem orçamento próprio. Eles têm autonomia de lei. Eles fazem o que eles querem com o dinheiro deles. Se nós vamos deixá-los botar o dinheiro que sobra do orçamento no fundo ou não é outra história, mas não é projeto do Executivo. Os poderes, cada um, têm seu recurso, o Estado é mero repassador, né? Essa é uma das coisas, porque está parecendo muito que o Governo está criando um fundo para beneficiar o Judiciário, não é isso. O Judiciário tem autonomia de lei, a lei deles, eles mandam direto para cá. Não é o Governo quem manda. Então a criação do fundo daqui é um projeto do Judiciário. Outra coisa que eu ouvi falar aqui, criação de secretarias extraordinárias. Nós não criamos, nós criamos no passado oito secretarias extraordinárias que o governo tinha e elas não foram extintas. Elas foram desativadas e foram ativadas três, se eu não me engano, agora. São quatro, tá? Outra coisa que eu queria falar. Eu não acredito que o Estado mande... e eu disse aos professores o seguinte: “ah, o governo só está pagando progressão porque o Judiciário mandou”. Eu tenho vinte e quatro anos aqui e pelo menos dez vezes eu vi o Judiciário mandar pagar. Nunca foi pago. Por quê? Porque não tinha no PPA, não era previsto a LDO e não era previsto na LOA. Do mesmo jeito que agora eu estou vendo. Para mim não custa nada dizer eu vou botar quinhentos, seiscentos mil para o concurso, mas, se não tiver na LOA, no LDO, não adianta botar. Quem executa orçamento é o Executivo, quem manda para cá, pronto, é ele. Para eu botar uma emenda na LOA é preciso que seja prevista no PPA e na LDO, senão nós estamos fazendo continência com chapéu dos outros. Volto a repetir: nós estamos mentindo para vocês, nós estamos botando emendas no orçamento que não vai ser executada. Essa decisão é do Executivo. Quem manda o orçamento para cá é ele. Ele é quem executa, o Executivo é ele. Eu estou cansada de ouvir: “tem dinheiro”, mas tem limites. Ninguém pode pagar mais do que a lei determina para o pessoal. Tem limites. Não é o que nós queremos. Se não para mim era muito bom colocar dinheiro para todo mundo e ficar muito bem, obrigada, aplaudida. Mas não é por aí. Eu queria dizer outra coisa com relação a cargo comissionado. Será que os meus nobres deputados sabem quantos vices diretores, quantos coordenadores pedagógicos, quantas escolas há sem diretor? Ou com diretor sem gratificação? Nós não temos um vice-diretor porque não tem cargo comissionado para nomear. Nós temos, talvez, 20% das escolas sem coordenador pedagógico, que é um crime, porque não tem cargo comissionado. Aqui nem o Hospital das Clínicas tem os cargos de chefia: chefia clínica, chefia de enfermagem. Não tem! Porque os nossos cargos são cargos de 30 anos atrás quando foram criados. Então, é preciso que nós falemos. Eu acho que político é o cara que mais é cobrado e tem mais responsabilidade com cada um e com a verdade. É a mesma coisa que eu dizer assim: “nós morremos aqui por causa da imigração, por causa da corrente do Jeferson, uma ação louvável dele, mas nós nunca vamos ser ouvidos, nós, aqui dessa Assembleia”. Nossos políticos federais estão lá. Ninguém elegeu político federal para ele morar numa casa do Executivo com um carro, com passagem, com telefone. Nós os elegemos para resolver os problemas da União com o Estado. Um dia desses fui em Pacaraima, espero não ir mais, porque eu não tenho autonomia para resolver, mas eu quero ir. Nunca eu ouvi um político federal dar uma palavra ou dizer eu vou negociar com o Bolsonaro para resolver o problema da migração em Pacaraima ou para resolver o problema da corrente, que não tem nada que impeça, que nem que diga que tem que ter aquela corrente ali, não tem uma lei, não tem uma norma, não tem uma portaria, nada; simplesmente quando foram abrir a BR-174, o Exército botou a corrente ali por causa dos índios e ela permanece até hoje. Então, gente, política, como disse o Renato ainda há pouco, é difícil, porque o que nós queremos mesmo é atender à população. O que nós queremos mesmo é que todos estejam o melhor possível. Eu estava falando do setor agrícola que gera imposto, gera renda para pagar o salário, para comprar um remédio, para construir a escola.

Mas nós temos trinta e quatro escritórios da agricultura fechados e é nesse momento que nós estamos começando a nos mobilizar para ter de tudo um pouquinho. Isso não quer dizer que eu não reconheça a necessidade da Polícia Militar. Quem mais trabalhou pela Polícia Militar como política aqui fui eu. Lembra, Chagas? Antes, Chagas até nem era deputado ainda, depois ele assumiu, criando polícia, criando Corpo de Bombeiro, criando quadro de polícia, criando... Redução de interstício fui eu que fiz aqui. Porque nós tínhamos um monte de policial tudo velho que iam para casa como soldado. Então, nós reconhecemos tudo isso. Eu estou dizendo isso que nós vivemos um momento em que nós precisamos estar juntos, fazendo o melhor possível por todos: "Ah! Porque o estado tem dinheiro". Esse discurso eu não aguento mais. Tem dinheiro, mas ele só pode gastar sessenta por cento do que ele ganha, pessoal, incluindo os poderes aí, tá entendendo? Então é difícil. Eu estou dizendo isso por vocês e por nós, porque sempre nós que estamos aqui na linha de frente, que todo mundo conhece, estamos aqui todo dia, é que somos cobrados, mas nós, a classe política de Roraima é maior, tem que ser chamada junto com os deputados estaduais que é quem vai na casa, na rua, na vicinal, no município, sabe e lute pelas necessidades do Estado. Obrigada, Jeferson, pelo aparte!

O Senhor Deputado **Jeferson Alves** continua. - Senhor presidente, acrescente-me aí 2 minutinhos para eu encerrar, 3 minutos. A Aurelina tomou cinquenta por cento do meu tempo.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Dois minutos para o deputado. Ele já ultrapassou todo o seu tempo. Mais dois minutos.

O Senhor Deputado **Jeferson Alves** continua. - Mas a Aurelina...

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Mas o tempo é de Vossa Excelência, o aparte é de Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Jeferson Alves** continua. – Deputado Jorge Everton.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jorge Everton**. - Por favor, presidente, o tema está muito bom de debate. Só para aproveitar a fala da deputada Aurelina e dizer que, realmente, não é de autoria do Poder Executivo o projeto que cria o fundo de segurança pública dos magistrados. É assim espantoso o fato de eles terem agora um aumento de 11% orçamentário e já criar o fundo, ou seja, vai sobrar dinheiro, Aurelina. Então, vamos diminuir esse aumento orçamentário e vamos colocar onde tem que ser colocado. Esta Casa não pode...

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Nós não podemos tirar dele. Nós podemos não aprovar, é opção nossa.

Aparte retornado ao Senhor Deputado **Jorge Everton** - Esta Casa não pode estar dizendo amém às coisas que nós não concordamos. Então fica o meu registro. E com relação à LDO, está aí pautado para votar hoje. Então tira de pauta, vamos acrescentar o que precisa ser acrescentado. E vamos fazer o que tem que ser feito. Então, obrigado, deputado Jeferson, não vou tomar mais seu tempo.

O Senhor Deputado **Jeferson Alves** continua. - Presidente, eu preciso terminar aqui o meu pronunciamento. Vossa Excelência, com sua paciência querida, possa me acrescentar aí 2 minutos. É inevitável você não dar um aparte para a deputada Aurelina, pelo simples fato de ser sempre uma aula que ela pode nos ofertar aqui. Então, assim, engrandece o debate e é muito bom poder contar com ela aqui. Muita gente que não conhece a deputada Aurelina, eu conheço desde criança. Aurelina é amiga da minha família desde quando criança, e por trás dessa máscara branca aí, tem uma nega decente, uma pessoa do bem, que sempre quer o melhor para este Estado. Por isso que todas as vezes que eu falo aqui, que ela pede aparte, faço questão de ouvi-la, mesmo não concordando com alguns pontos que nós sempre divergimos aqui, mas nós nos respeitamos e ela é uma pessoa que mora no meu coração. Mas eu quero aqui pegar o gancho para o que o deputado Jorge Everton falou, e eu quero fazer um apelo ao presidente da Assembleia, ao presidente Sampaio. Assim como semana passada foi obstruída a pauta, de iniciativa do deputado Jorge Everton, que nós possamos refazer essa obstrução até nós chegarmos ao entendimento com essa questão do orçamento. Há projetos aí que nós podemos esperar para votar, prioridade aqui tem que ser segurança pública, tem que ser policial penal, esses outros projetos aí que o governo está encaminhando para Casa, ou até projetos de deputados amigos aqui, que são importantes também... Nós podemos dar uma celeridade nesse processo aqui, sentar a quatro mãos, fazer obstrução, hoje, da pauta para que nós possamos encontrar uma saída, senão esse Plenário aqui, amanhã, vai está cheio novamente, essas pessoas tão acampadas na frente do Palácio, dormindo lá. Eu estive lá ontem, às dez horas da noite, e eles estão comendo de qualquer jeito. Não é fácil, eles estão em busca de um sonho, de ingressar na melhor polícia do Brasil, que é a Polícia Militar de Roraima. Então, fica aqui, presidente, Vossa Excelência que é soldado policial militar,

que orgulha tanto esta Casa hoje, fiz um vídeo ontem lá e disse a eles: eu já fiz parceria política com muito político, muito político, infelizmente, muitos deles sem palavra e picareta, mas Vossa Excelência é uma grata surpresa, um homem que cumpre compromisso, um homem de palavra e um homem que tem uma sensibilidade muito forte e eu tenho certeza que nós vamos encontrar uma saída para atender essas pessoas. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Com a palavra, o deputado Coronel Chagas, por até doze minutos.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Bom dia, senhor presidente, caros colegas deputados! Bom dia a todos que estão nas galerias desta Casa, servidores do Poder Legislativo e também a todos que estão nos assistindo pelo sinal da TV Assembleia e nos ouvindo através da rádio! Senhor presidente, inicialmente, inscrevi-me como orador de hoje para tratar da entrega dos autos da CPI da Saúde, do relatório da CPI da Saúde, mas não poderia deixar de falar sobre alguns pontos que meus colegas trouxeram a este Plenário e sobre o concurso da Polícia Militar. Deputado Jeferson Alves, no início do seu discurso, você trouxe afirmação que o governo Denarium não paga as contas, não faz os acordos.

O Senhor Deputado **Jeferson Alves** - Não falei isso não.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua. - Foi o que nós entendemos, foi a interpretação que nós tivemos. Eu faço, então, um preâmbulo do nosso posicionamento, antes da questão da CPI da Saúde, para lembrá-los de pontos do governo Denarium. Governo Denarium, como todos sabem, e até a oposição ao governo, muitas vezes, concordou que nós assumimos um governo com muitas dificuldades financeiras, deputado Jorge Everton. Eu escutei Vossa Excelência, não pedi aparte para não atrapalhar o seu pronunciamento, porque viria para a Tribuna e peço que tenha paciência de nos escutar. O nosso Estado vem passando por dificuldades há alguns anos, que atrapalhou o governo anterior, principalmente, no tocante à questão da crise migratória venezuelana. Nós temos hoje, seguramente, mais de duzentos e cinquenta mil irmãos venezuelanos em território roraimense. Mais de seiscentos mil atravessaram a fronteira. Mais de duzentos e cinquenta mil permanecem aqui em Roraima. Um Estado que tem, originalmente, aproximadamente, seiscentos mil habitantes e vê ingressar 30% a mais de pessoas procurando por saúde, por educação para seus filhos, por emprego, por segurança pública. Se você for em qualquer supermercado aqui da nossa capital, hoje, você vai verificar que pelo menos a metade das pessoas que ali trabalham são imigrantes, são venezuelanos. Se você for na construção civil, nós vamos encontrar, de cada dez trabalhadores, sete, oito venezuelanos. Isso trouxe um impacto social muito forte, que foi o desemprego em nosso Estado. Mas isso é culpa de Roraima? É culpa do Brasil? Não. O Brasil é signatário de protocolos internacionais que obriga a receber os refugiados. E o Brasil é um povo hospitaleiro. O Brasil é um povo de braços abertos para seus irmãos latinos. E jamais vai se negar a receber ninguém que precisa buscar dias melhores para seu povo e assim tem sido, mas isso impactou de forma muito forte a economia do nosso Estado em todos os setores. O Estado, deputado Lenir, Vossa Excelência que é conhecedora de todos esses protocolos que o Brasil assinou, foi fortemente impactado e passou a gastar 30, 40% a mais em saúde, em segurança. De cada dez crianças que nascem em Pacaraima, oito, nove, são filhos de venezuelanos. O nosso pronto-socorro, ainda lá nos anos de 2015 a 2018, foi fortemente impactado e isso desajustou as contas do nosso Estado e foi a herança que Denarium recebeu: servidores com três, quatro meses de salários atrasados, empresários, prestadores de serviço, quatro, cinco meses sem receber e isso impacta, fortemente, nessa economia que depende muito do contracheque, depende muito do poder público. Foi assim que o Denarium assumiu este Estado, fortemente impactado pela crise migratória e, logo em seguida, nos primeiros meses, nós tivemos o início dessa pandemia que já dura, praticamente, dois anos, impactando fortemente a economia, o desemprego e a saúde em nosso Estado. É isso que nós temos que avaliar e, mesmo assim, o governador Denarium surpreendeu a todos, ajustando as contas deste Estado, colocando, em primeiro lugar, as contas em dia, o pagamento em dia do servidor público, o pagamento em dia daquele empresário que presta serviço, vende produtos para o setor público, que é para fazer um serviço eficiente ao cidadão roraimense. Além disso, o governador Antônio Denarium pegou contas de energia atrasadas, contas de água. INSS, IPER, Imposto de Renda, convênios. Todo o Estado tinha mais de cem inclusões de questões de convênios que impediam o recebimento de mais verbas federais e ele ajustou isso. E foi somente a partir desse ajuste que o governador Antônio Denarium pôde investir no servidor público, na infraestrutura. Nós temos centenas de quilômetros de vicinais sendo recuperados em nosso Estado, dezenas de quilômetros de asfalto

sendo feitos, centenas de pontes, hospitais inaugurados. O ICMS dos municípios atrasava quatro, cinco meses e a Associação dos Municípios de Roraima tinha que entrar na justiça, assim como os poderes deste Estado, para garantir o duodécimo, que é pago em dia e com valor hoje bem superior do ICMS. Prefeituras que recebiam apenas trezentos mil reais, a partir do governo Denarium, passaram a receber mais de um milhão por mês para poder manter em dia os seus compromissos, e chegamos no concurso público. Os senhores concurreiros que estão aqui, que têm o nosso respeito e o nosso apoio, saibam que o concurso da Polícia Penal e o concurso da Polícia Militar só foi possível em razão de todo esse trabalho de gestão do governo Antônio Denarium. Eu, como policial militar, ao longo da minha carreira e, depois como deputado, acompanhei muito os certames públicos para ingresso na Polícia Militar, na Polícia Civil... e em diversos setores, na educação, na saúde. Em todos têm diversas fases e diversas turmas. Nós estamos acompanhando isso. O governo está fazendo isso de forma responsável, dentro do limite de gasto da responsabilidade. O Estado está no limite. Já tivemos uma turma da Polícia Penal, quatrocentos e poucos. Nunca se fez um concurso tão grande! A lei tem um efetivo previsto, deputado Marcelo Cabral, de setecentos policiais penais. Para podermos colocar mais, esta Casa, por iniciativa do Executivo, vai ter que alterar essa lei, mas ele só pode fazer isso dentro do limite de responsabilidade que prevê a lei, limite de gastos com o pessoal, que está no limite. A Polícia Militar fez um concurso para quatrocentos policiais militares. Esse é o edital: quatrocentos e setenta e quatro fizeram a primeira turma. E o governo, em razão das manifestações de todos os deputados desta Casa, está chamando mais duzentos e quarenta, dentro do limite. Cento e vinte no primeiro semestre, cento e vinte no segundo, o que a lei de responsabilidade permite. Agora, pode ter certeza... eu sou policial militar, não sou deputado, eu estou deputado, eu sou policial militar, tá? E vou ficar sempre com a bandeira levantada, assim como o Sampaio, que é policial militar também. E mesmo outros deputados que não são policiais militares, mas também todos levantam a bandeira da segurança pública aqui, como: Nilton Sindpol, Jorge Everton, Renato Silva, Marcelo Cabral, Gabriel, Eder Lourinho, Aurelina, Jefferson, Lenir, Evangelista, todos levantam a bandeira aqui, todos já pediram e buscaram esforços para fazer a primeira turma de trezentos e setenta e quatro, para fazer a segunda de cento e vinte, para fazer a terceira de cento e vinte e nós vamos lutar ainda para fazer a terceira, a quarta, até que todos estejam na Polícia Militar. Mas isso é sendo feito dentro do que a lei permite e nós vamos fazer como fizemos em outros concursos públicos. Nós tivemos concursos públicos aqui que foram quatro, cinco turmas para que todos pudessem estar lá, porque a Polícia Militar precisa e vocês que estudaram, se esforçaram para um concurso muito concorrido. E, mais do que vocês merecem, o povo de Roraima merece, mas nós vamos fazer isso, sim, dentro do que o Estado pode fazer.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** pede um aparte-Deputado Chagas, não sei se tem tempo ainda para conceder um aparte. Eu estou vendo o seu tempo, só falta um minuto.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua - Presidente, o assunto é importante. Eu concedo aparte ao deputado Marcelo e, logo em seguida, eu vou para a conclusão.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Marcelo Cabral**. - Eu quero, primeiro, parabenizá-lo pelo discurso, pelo esclarecimento de como você trouxe a esta Tribuna, de forma tão transparente, das ações do Governo do Estado. Lembro que há alguns anos, porque não dizer no governo passado, há pouco tempo, 3 anos atrás, a Sefaz estava acorrentada, os salários atrasados, as prefeituras entrando judicialmente para receber o ICMS, como Vossa Excelência falou. Esta Casa, por várias vezes, protocolou oficialmente para receber o seu duodécimo como os outros poderes também. Pois bem, quando eu vejo um governo que cuida em todas as partes, que dá a segurança, a garantia e o respeito às pessoas e aos poderes, eu vejo um governo para todos. Eu vejo Vossa Excelência falar de uma forma que nunca vi, com tanta transparência, tanto compromisso e levando às pessoas a sinceridade do Governo do Estado.

Quero dizer, presidente Sampaio, por ver o seu olhar, atentamente, que você é um deputado que mais escuta do que fala. É por isso que Deus nos deu dois ouvidos para ouvir mais e Vossa Excelência tem um carinho especial, como me falou agora, sensibilizando-se e dizendo que esta Assembleia, todos, vai fazer o possível para resolver qualquer problema do Estado, mas isso, deputado Chagas, líder do Governo do Estado, eu vejo o seu discurso pontual mostrando às pessoas como podemos fazer para ajudar o Estado. Nós queremos, sim, que sejam chamados os aprovados da PM, como Vossa Excelência falou, porque temos um gestor preocupado, organizando financeiramente para pagar em dia cada PM que foi chamado no seu concurso. Lógico, qual é o gestor

que não quer aumentar? E não parou por aí. Ele não só chamou a PM, mas também fomentou e fortaleceu o mais importante, que era dá condição de trabalho, que vários governos que passaram não deram condições, seja com a munição, com arma, com transporte, com a sua segurança e com coletes. Eu vejo um governo voltado a quem mais precisa de poder contribuir não só na PM, mas em todos os cargos do Governo. Ele valorizou, viu como é importante fortalecer. Falo da PM, porque eles estão, aqui, hoje. As pessoas querem ser chamadas, eu não tenho dúvida nenhuma... Falam muito de recurso, dinheiro em caixa. Se tem, é porque passou um gestor sério que não roubou o dinheiro do Estado e está investido no Estado de Roraima. Esse é o papel do governador Antonio Denarium. Quero, aqui, finalizar. Esta Casa nunca foi contra e nunca será contra o chamamento de nenhuma pessoa que fez o concurso. Esta Casa sempre esteve ao lado e sempre fortaleceu o diálogo em quatro mãos, sempre resolvemos todos os problemas deste Estado ajudando quem mais precisa, ou seja, os concursados, a Polícia Penal e qualquer outro cargo do Estado de Roraima. Vossa Excelência tem o meu respeito, o meu carinho e o meu compromisso de poder ajudar, no que for preciso e necessário o Estado de Roraima. Meu muito obrigado e bom dia a vocês!

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua— Obrigado, deputado Marcelo, pelo seu aparte, que eu peço que seja incluído no nosso pronunciamento, porque contribui para o esclarecimento dos pontos. Finalizando essa primeira parte do meu pronunciamento, eu quero dizer a todos vocês concurreiros, que têm o nosso respeito e saibam que, aqui, tem 24 deputados comprometidos com que todos do quadro de reserva possam ir para a academia. Essa, pode ter certeza, é a luta de todos os deputados e também do próprio Governo, e isso vai ser feito, de forma responsável, dentro dos limites da Lei de Responsabilidade. Foram convocados cento e vinte, trezentos e setenta e quatro formados, mais duzentos e quarenta em duas turmas. Se a Lei de Responsabilidade permitir, vão ser chamados mais agora. Podem ter a certeza que vão ser chamadas mais uma ou mais duas turmas, até que todos aqueles que estão no quadro de reserva façam o curso e sejam policiais militares. Esse é o nosso compromisso.

O Senhor presidente **Soldado Sampaio** – Deputado, peço que conclua, já ultrapassou três minutos. Foi o mesmo tempo que eu atribuí ao deputado Jefferson, quando ultrapassou os dois minutos. Mais um minuto para concluir a fala de Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua. - Deputada Catarina, gostaria muito que Vossa Excelência fizesse um aparte. Com certeza, iria engrandecer esse debate, mas eu preciso concluir, indo para a segunda parte, o que era, na verdade, o objetivo da minha vinda à Tribuna, que é a questão da CPI. Os senhores estão vendo, aqui, na mesa, esses volumes em capa amarela. Esse foi o trabalho da CPI da Saúde e eu estou, em mãos, aqui, com o despacho que eu assinei, despacho final da CPI da Saúde, que eu quero ler, rapidamente, uma lauda, senhor presidente, nos seguintes termos: CPI da Saúde, criada pela Resolução 044/2019, alterada pela Resolução 021/2020. Despacho. Trata-se de Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada em 2019, com a finalidade de apurar irregularidades em contratos no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, Sesau, após denúncia do ex-secretário de saúde Ailton Wanderley. A CPI foi constituída por seu presidente, deputado Coronel Chagas; o vice-presidente, deputado Nilton; relator, deputado Jorge Everton, e membros: deputado Eder Lourinho, Evangelista Siqueira, deputada Lenir Rodrigues, deputado Renato Silva. Teve também o deputado Sampaio com o momento dessa CPI, substituído pelo deputado Eder Lourinho.

Os autos da CPI possuem vinte e um volumes, com sete mil seiscentos e oito páginas, um anexo ao volume dezesseis com quatrocentos e setenta e sete páginas e o relatório circunstanciado com quatrocentos e sessenta e cinco páginas. Ainda há cinco volumes adicionais aos dados sigilosos referentes à quebra do sigilo fiscal, telefônico e bancário, contendo mil cento e sessenta e cinco páginas. Sendo assim, informo que os autos dessa CPI totalizaram nove mil setecentos e quinze páginas. Durante o trabalho desenvolvido, foram realizadas oitenta e nove reuniões, noventa e oito oitivas e diligências em vários órgãos estaduais. O relatório circunstanciado aprovado por essa Comissão conclui que há indícios de práticas tipificadas como infração penal, lista as autoridades competentes para possível responsabilização dos indiciados, defende ações que visam a prevalência do interesse público e atuação em conformidade com a lei. A conclusão da Comissão, substanciada no relatório aprovado, resultou no indiciamento de sessenta e duas pessoas, entre pessoas físicas e jurídicas. Nas conclusões, a Comissão manifestou-se pelo encaminhamento do relatório aos seguintes órgãos competentes: ao Ministério Público do Estado de Roraima, ao Tribunal de Contas do Estado de Roraima, à Procuradoria-Geral da República, posto que há menção no envolvimento de senador da República, ao Governo do

Estado de Roraima, além das indicações de encaminhamento aos órgãos supracitados que constam no relatório final. O presidente dessa Comissão opinou também por encaminhar o relatório aos seguintes órgãos federais, por haver recursos de origem da União, que são: ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União. Pelo exposto, considerando as exposições regimentais, encaminho todo o acervo produzido por essa Comissão ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Soldado Sampaio, conforme o artigo quarenta e cinco, parágrafos nove e dez do Regimento Interno desta Casa, para as devidas providências. Sala das Sessões, dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e um. Coronel Chagas, presidente da CPI.

Então, senhor presidente, eu convido, agora, os deputados integrantes dessa CPI, deputado Nilton Sindpol, deputado Jorge Everton, deputada Lenir Rodrigues, deputado Eder Lourinho, deputado Evangelista Siqueira e deputado Renato Silva, que foi o autor do requerimento que deu início a essa CPI, para que, juntos, nós possamos fazer a entrega, simbólica, do relatório dos autos da CPI ao presidente desta Casa, para que ele adote as providências, no âmbito de sua competência, conforme o nosso Regimento e a Constituição Estadual. Era isso, senhor presidente, meus caros colegas. Obrigado a todos!

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Obrigado, deputado Chagas. Convido o deputado Jorge Everton, o deputado Nilton, os deputados que estão nos seus gabinetes, na sala aqui ao lado, para participar da entrega do Relatório da CPI.

O Senhor Deputado **Jeferson Alves** pede Questão de Ordem. – Presidente, por uma questão de ordem, eu só quero aqui, como deputado Chagas não me deu aparte, e eu fiz questão de que, todas as vezes que usei a Tribuna, dar aparte a ele, porque entendo que o contraditório é salutar. Eu não falei que o governador não paga conta, o que ficou bem claro aqui. Segundo, todas as vezes que discursar, por ele ser o líder do Governo, sempre cedi aparte, porque temos que escutar os dois lados, mas também é o direito dele não me ceder aparte, e também, com essa de hoje, deputado Chagas, Vossa Excelência está livre de mim. Eu não lhe peço mais aparte, aqui na Assembleia, porque todos que Vossa Excelência me pediu eu concedi, até para lhe defender, quando Vossa Excelência foi injustiçado por esse governo. Então, só para registro, o contraditório é salutar e todas as vezes que Vossa Excelência me pediu eu lhe concedi aparte.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Questão de Ordem. - Presidente, com todo respeito a Vossa Excelência, eu gostaria de solicitar a obstrução da pauta e os deputados que concordarem, por favor, me acompanhem para que nós possamos debater essa questão que foi amplamente discutida no Plenário.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Deputado Jorge, eu vou fazer uso da fala para dar recebido ao Relatório da CPI e, logo em seguida, eu acato o requerimento de Vossa Excelência e também queria fazer uso da palavra enquanto presidente desta Casa. Primeiramente, quero parabenizar todos os integrantes da CPI, na pessoa do presidente, deputado Chagas, do relator, deputado Jorge Everton e demais integrantes da CPI, que, durante quase dois anos, fizeram esse excelente trabalho, se debruçando, aqui, dias e dias, ouvindo centenas de testemunhas e investigados, milhares e milhares de laudas que foram construídas, oito mil páginas, que é o conteúdo da CPI. Então fico feliz de alguma forma ter participado no início dessa CPI, mas é um marco histórico do Poder Legislativo Estadual de Roraima, se aprofundar, como foi aprofundado nas investigações na CIP da Saúde. Aqui há indiciamentos, sugestões, pedindo aos órgãos competentes para continuar as investigações e, sem sombra de dúvida, era o que a sociedade roraimense esperava deste Poder, no tocante a saúde do Estado de Roraima.

Então, parabéns, mas parabéns mesmo ao Poder Legislativo Estadual de Roraima, em especial à CPI. A CPI é um instrumento da minoria e, conforme o nosso Regimento e até seguindo o Regimento da Câmara Federal, como analogia, temos que respeitar de tal forma. Então, não tem sentido, deputado Chagas, nós pegarmos uma CPI constituída, ou por uma maioria, ou por minoria e depois de todo um trabalho feito, realizado, submeter esse relatório final ao Plenário e o Plenário poder aprovar ou não, ou emendar qualquer argumento que queira, ou adicionar, ou reprovar qualquer conteúdo que está na CPI. Então, diante disso, não submeterei ao Plenário, simplesmente vou acatar às recomendações e decisões dessa CPI e encaminhar o relatório a quem a CPI, de fato, oficializou no relatório final. Então isso tem um amparo regimental e tem toda uma jurisprudência, vamos dizer assim, em especial da Câmara e do Senado Federal. Mais uma vez, parabéns a todos no tocante à votação da CPI, à apuração que foi feita. Obrigado!

Eu quero fazer uso da palavra e quero conclamar aos deputados que se encontram na sala ao lado, que estejam presentes na

Sessão, para fazer a seguinte reflexão. Não vou nem usar a Tribuna. O deputado Jorge levantou, agora há pouco, aqui, a bandeira de uma obstrução. Eu não ouvi a Liderança do Governo, não ouvi a Liderança do G4, que é o deputado Evangelista e também não ouvi a Liderança do G7, deputado Xingu, que até então não se manifestou. Nem o Chagas, nem o Evangelista, deputado Jorge, nem o Xingu não levantaram essa bandeira da obstrução, que é papel da liderança, mas isso não impede de Vossa Excelência fazer o mesmo enquanto deputado. Mas, quero ser muito tranquilo, muito especial, quando se fala em servidores públicos, mais ainda quando se fala em Polícia Militar, ao Corpo de Bombeiros, onde minha história em Roraima se confunde com a Polícia Militar nesses 20 anos que componho a instituição como policial, ou seja, como parlamentar. Não é diferente o Chagas, não é diferente o Jorge na Polícia Civil, o Nilton e os demais deputados aqui: Renan, Renato, Aurelina, que têm todo um compromisso e votamos todas as matérias da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil e de todos os servidores públicos que chegaram aqui. Mas, senhores, quero fazer uma fala específica aos futuros policiais militares aqui presentes e policiais penais. Tive várias reuniões juntamente com o senador Mecias, Jonathan, Chagas, Aurelina e outros deputados, juntamente com o governador, com o comandante Francisco, buscando mecanismos, Jorge, de dar posse ao maior número possível de policiais militares. No concurso foi levantada a bandeira de 200 policiais. Seriam duas turmas, Chagas: uma turma de 200 e uma segunda turma de 200. O governador lançou o programa Policial na Rua e chamou o comandante da Polícia Militar e determinou que fizesse um planejamento, e o comandante apresentou, naquele momento, a quantidade de policiais, se não me engano, 700 policiais, que seria a quantidade necessária de policiais complementares para atender o policiamento na capital e no interior do Estado. Foi feito todo um planejamento. O governador não queria fazer, porque até então nunca houve o ingresso, no mesmo governo, de uma turma de 400 policiais como foi a última, de uma vez só dentro da Polícia Militar. Estamos falando de finanças, orçamento. O Estado está equilibrado? Está. Mas não consegue e o lençol continua curto. Ontem estive com o senhor governador. Há 14 planos de cargos e salários entre Casa Civil, Seplan e PGE, inclusive da nova estruturação da Polícia Civil, Aderr, Femarh, Iteraima. São 14 Planos de Cargos e Salários empancados, sem mencionar, deputada Lenir, perda salarial acumulada dos servidores públicos. Todo ano o deputado Nilton e deputado Jorge batem nessa tecla e estamos aí há mais de 6 anos sem reposição salarial dos servidores públicos. Há outras demandas da Polícia Militar e Polícia Civil: risco de vida e outras questões pendentes por falta de regulamentação. Então, o governador fez todo um planejamento, passamos a manhã toda sentados ontem, com equipe econômica do Governo do Estado e o governador se comprometeu, em breve, em chamar as categorias para discutir a reposição salarial, de maneira linear, a todos os servidores. Avançou em alguns Planos de Cargos e Salários, aqueles essenciais, como foi falado agora há pouco. Temos um simples relatório breve com relação à questão do setor primário. Temos 34 casas da agricultura espalhadas no interior do Estado, agricultura essa que é responsável, hoje, por boa parte da nossa arrecadação, deputado Chagas, e estão praticamente todas fechadas e aquelas que estão abertas têm apenas um técnico. Imagine o que é um técnico para dar conta da casa da agricultura do Apiaú, um técnico para dar conta da casa da agricultura da Felix Pinto, que tem em torno de 30 vicinais ou mais. O licenciamento na Femarh está entupido, não dá conta! Temos setor na Femarh que tem um analista, que inclusive entrou com atestado com problema de saúde por causa da demanda. No Iteraima, com as transferências das terras para Roraima, o que tem de agricultores, pequeno, médio e o grande buscando o Iteraima para regularizar o seu título para buscar um financiamento. O Iteraima não está dando conta! Aí, veio para esta Casa 40 cargos para a Femarh, técnicos com exigência, de nível superior, até que se faça concurso público. No Iteraima, 70 cargos com perfil técnico para dar conta da demanda. No Iater, um sonho de um agricultor familiar ter um Iater. Quem não conhece antiga Emater de Brasil agora? Está sendo criado o Iater (Instituto de Assistência Técnica Rural) para absolver as casas da agricultura, para dar, de fato, uma extensão. Vamos fazer aquilo, deputada Yonny, que Vossa Excelência tem acompanhado na agricultura indígena, fazer a mesma coisa ou melhor na agricultura familiar. Essa é a finalidade. Se tem alguém que tem controle de despesa, que tem dificuldade em nomear cargos comissionados, chama-se governador Antônio Denarium. Está se fazendo diante uma necessidade que Roraima se encontra. Então, quero conclamar aos senhores colegas que façam uma reflexão do que está sendo votando aqui hoje, das matérias. Esse projeto do TJ não tem problema nenhum, deputado Jorge, tirar e colocar para o ano

seguinte, aprofundar e chamar o TJ aqui para aprofundar, mas alguns projetos de estruturação do Governo do Estado se fazem necessários, se nós quisermos, de fato, ter uma agricultura, o setor primário batendo todos os recordes no tocante de arrecadação de impostos, e que a gente possa, de fato, ter o recurso necessário para o Governo continuar honrando os seus compromissos. Nós temos sido superavitários na arrecadação nossa própria. O Governo do Estado conseguiu discutir seriamente em Brasília a cota de participação do FPE e deu margem para que a gente possa, mas não vivermos em um mar de brigadeiro, temos uma Lei de Responsabilidade Fiscal. No tocante à Polícia Militar, conversei com governador com todas as clarezas. Se tem alguém mais interessado que ingresse mais policiais militares, chama-se deputado Soldado Sampaio, deputado Chagas e outros colegas que têm uma boa relação com a Polícia Militar, porque é de lá que vem o nosso apoio. Então, tenho todo interesse, mas chegamos a um limite. Não há disposição na Lei de Responsabilidade Fiscal, vamos ultrapassar a Lei Responsabilidade Fiscal, a menos que não demos a reposição salarial, que a gente ignore os demais segmentos, mas o Governador Denarium, juntamente com o comandante e esta Casa, apoiou e fomos até além do limite. Serão mais de 700 policiais que vão ingressar na Polícia Militar só nesse último concurso, um concurso que tinha previsão de 200 e talvez uma segunda turma de 200, sem mencionar a Polícia Penal, sem mencionar 600 professores contratados recentemente do último concurso, sem mencionar mais mil professores que está sendo aberto agora o concurso para professores indígenas, sem mencionar o concurso da Femarh, que está vindo por aí, sem mencionar o concurso da Sejuc de 400 policiais penais, sem mencionar o concurso do Iteraima que está sendo anunciado, da Polícia Civil, a bandeira dos deputados Jorge e Nilton, que está sendo reestruturada. Temos o Bombeiro, as progressões do quadro geral, as progressões da Polícia Civil, as promoções da Polícia Militar, dos professores. Então, foi feito muito pelo governador Denarium. Aí, eu quero que cada deputado faça uma análise, de fato, da nossa capacidade de pagamento. Nós não podemos ir além do limite, senão, para o ano que vem, nós voltamos àquela velha história de Roraima, dos servidores receberem seus salários no dia 10, dia 15 do mês seguinte. Então, senhores policiais e concurseiros, eu respeito e considero muito os senhores. Lamento pelos senhores não estarem entre os 700 colocados, mas toda a minha capacidade de argumentação com o governador Antônio Denarium, em cima da Lei de Responsabilidade Fiscal, em cima até do planejamento feito pelo comandante da Polícia Militar, eu cheguei a um entendimento com o governador e estou fechado com ele em duas turmas de 120. Fora isso, eu não me comprometo. Se os deputados tiverem disposição de cada qual abrir mão de um milhão de reais das suas emendas e colocar no Governo do Estado, eu levarei com o maior prazer, mas isso tem que ficar bem claro que é fruto das emendas dos senhores, seja de comissão, seja emenda de bancada. Estamos tratando apenas de 2022, não estamos falando nem de 2023. Se houver esse entendimento... Eu já tenho compromisso com as minhas emendas, mas eu abro mão da minha parte de um milhão de reais para atender. Mas, fora isso, se não houver um consenso dentre os deputados, e eu já conversei com vários deputados, pois todos os deputados têm compromisso com a agricultura, com a saúde, com as prefeituras, com outras bandeiras. Fora isso, quero dizer, com a maior clareza, até porque eu tenho posição clara, eu não vejo condições e não farei nenhuma frente para avançar além dos 240 policiais na Polícia Militar que serão convocados. Dos agentes penais, tem que vir de lá para cá uma lei do Executivo alterando a quantidade de vagas. O primeiro passo é esse, para a gente começar a discutir formação.

Então, era isso que eu queria falar...

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jorge Everton** – Presidente, primeiro, quero parabenizar Vossa Excelência. Vossa Excelência tem sido um democrata, a sua história de vida mostra o respeito que nós temos pelo senhor, pela condução desse trabalho. Inicialmente eu gostaria de falar isso.

Agradecer ao senhor por colocar à disposição, não precisa um milhão, setecentos mil de cada parlamentar resolve. Eu também coloco, eu também já tinha compromisso em investimentos no interior do Estado, e eu coloco aqui 700 mil da minha emenda ou um milhão, se for o caso. Eu quero dizer a Vossa Excelência que eu concordo com tudo que o senhor falou. Eu só acho que esses Planos de Cargos e Salários têm que ser discutidos amplamente com os deputados, afinal de contas, a tão sonhada reforma administrativa até hoje não aconteceu. Tem coisas aí que a gente precisa mudar e a criação desses cargos comissionados está vindo para ser aprovada assim na prensa, sem discussão, sem debate, além de que, os poderes terão aumento de 11% no seu orçamento. Então, precisamos ter a coerência de dizer e afirmar que é possível, sim, fazer

isso. É possível, sim, criar esses cargos. É possível, sim, ajustar sem ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal. O presidente Bolsonaro tem dado o exemplo quando ele aprovou a lei dos precatórios. A prioridade tem que ser o povo e nós temos condições, porque eu acredito no governador Denarium. Acredito que estamos vivendo um momento único no Estado, de crescimento econômico e o fruto é do trabalho do governador Antônio Denarium. Ele tem feito aumentar a arrecadação do Estado. Temos crescido muito e avançados nas políticas públicas, graças a gestão do governador Antônio Denarium.

Então, eu só peço, com todo respeito que tenho por Vossa Excelência, que a gente possa obstruir a votação hoje, sentar com os deputados e com o governador e debater esse ponto e dar uma resposta final, que sim ou que não. Não podemos é levar essa situação assim da forma como está sendo levada. Muito obrigado! O senhor tem o meu respeito.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** continua. – Quero encerrar, e fica aí a proposta, que fica claro a todos os senhores deputados presentes. Enquanto chefe de Poder, sentei ontem com o Poder Executivo e foi demonstrado financeiramente, matematicamente, economicamente da inviabilidade do Governo do Estado atender além dos 240, ponto final nesse tocante. Se houver a disposição dos deputados em alocar um milhão de emenda, é procurar o relator, a presidente da Comissão de Orçamento e fechar o consenso entre os 24, e eu faço frente nesse sentido.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem. – Para esclarecer que o recurso de emenda que entrar no orçamento do Estado, porque a Assembleia não tem orçamento, o orçamento é do Estado, ele conta do mesmo jeito no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Um milhão que venha de deputado ou de emenda de deputado não está fora. O Governo vai fazer as contas do mesmo jeito, entra para o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Do mesmo jeito que eu quero pedir aos nobres colegas, nós temos um orçamento para discutir e os projetos do Executivo estão na Sapl da Assembleia para todos que queiram ler e discutir e eu peço que leiam, porque é final de ano e precisamos votar o orçamento.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Obrigado, deputada Aurelina.

Passamos para Ordem do Dia: Discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: **Mensagem Governamental n. 062/2021, de veto parcial ao Projeto de Lei n. 174/2019**, que “dispõe sobre a criação do Selo Sangue Amigo para as universidades, centros universitários e faculdades que estimularem o trote solidário com o objetivo de incentivar a doação de sangue no âmbito do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria governamental; **Projeto de Lei Complementar n. 008/2021**, que “altera a Lei Complementar n. 104, de 9 de julho de 2006, que cria e regulamenta a concessão de Gratificação de Risco de Vida – GRV aos ocupantes do cargo de agente socio-orientador e dá outras providências”, de autoria governamental; **Projeto de Lei n. 334/2021**, que “dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima – Iper/RR, extingue e cria cargos comissionados e dá outras providências”, de autoria governamental; **Projeto de Lei n. 335/2021**, que “altera a Lei n. 832, de 29 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR) dos servidores públicos do quadro de pessoal do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – Iper e dá outras providências”, de autoria governamental; **Projeto de Lei n. 124/2021**, que “altera a Lei n. 853/2012, que dispõe sobre o quadro de pessoal e o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Defensoria Pública do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria da Defensoria Pública; **Projeto de Lei n. 252/2021**, que “altera a Lei n. 1.450, de 18 de janeiro de 2021, que alterou os anexos da norma que instituiu o Plano Plurianual – PPA 2020-2023”, de autoria governamental; **Projeto de Lei n. 263/2021**, que “autoriza o Poder Executivo a abrir o orçamento fiscal do Estado, em favor da Secretaria de Estado da Educação e Desporto – SEED, a fim de liberar crédito especial por anulação no valor global de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), para os fins que especifica”, de autoria governamental; **Substitutivo ao Projeto de Lei n. 307/2021**, que “dispõe sobre a transformação da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa, em Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – Seadi, a alteração da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento – Seplan e da Secretaria de Estado da Cultura – Secult, a criação do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima – Iater, a extinção do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima – Iacti e dá outras providências”, de autoria governamental; **Projeto de Lei n. 317/2021**, que “dispõe sobre a criação de cargos em comissão no

âmbito da administração direta do Poder Executivo e dá outras providências”, de autoria governamental; **Projeto de Lei n. 264/2021**, que “autoriza o Poder Executivo a abrir o orçamento fiscal do Estado, em favor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, a fim de liberar crédito especial por anulação no valor global de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para fins que especifica”, de autoria governamental; **Projeto de Lei n. 309/2021**, que “altera dispositivos da Lei n. 153, de 1º de outubro de 1996, que dispõe sobre a reestruturação do quadro de pessoal, do plano de carreira e de cargos dos servidores do Ministério Público do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Ministério Público Estadual; **Projeto de Lei n. 308/2021**, que “cria no quadro de pessoal do Estado de Roraima o Plano de Cargos e Salários da Carreira de Planejamento e Orçamento, fixa os seus vencimentos e dá outras providências”, de autoria governamental; – **Projeto de Lei n. 312/2021**, que “altera, transforma e acrescenta dispositivos na Lei n. 664, de 17 de abril de 2008, que dispõe sobre o Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria governamental; – **Projeto de Lei n. 313/2021**, que “altera a Lei n. 1.496, de 9 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências”, de autoria governamental; **Projeto de Lei n. 316/2021**, que “dispõe sobre a alteração do nome do Programa Estadual de Transferência de Renda, denominado Programa Renda Cidadã de Roraima, para Cesta da Família e dá outras providências”, de autoria governamental; **Projeto de Lei n. 012/2021**, que “altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar n. 194, de 13 de fevereiro de 2012 – Estatuto dos Militares do Estado de Roraima”, de autoria governamental; **Projeto de Lei Complementar n. 010/2021**, que “altera dispositivos da Lei Complementar n. 71, de 18 de dezembro de 2003, e cria cargos no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado de Roraima”, de autoria governamental; **Projeto de Lei n. 320/2021**, que “dispõe sobre a alteração da Lei 1.450, de 18 de janeiro de 2021, sobre o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2020-2023”, de autoria governamental; **Projeto de Lei n. 321/2021**, que “altera a Lei n. 1.451, de 18 de janeiro de 2021, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2021, para incluir ação específica para aumento de capital em empresas estatais na unidade orçamentária 22102 – operações especiais”, de autoria governamental; **Projeto de Lei Complementar n. 011/2021**, que “dispõe sobre o Sistema de Proteção Social dos policiais militares e bombeiros militares do Estado de Roraima, altera a Lei Complementar n. 194, de 28 de janeiro de 2012 (Estatuto dos Militares Estaduais de Roraima) e dá outras providências”, de autoria governamental; **Projeto de Lei 322/2021**, que “autoriza aporte de capital em favor da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (Caer) no valor que especifica”, de autoria governamental; **Projeto de Lei n. 323/2021**, que “cria cargos comissionados na estrutura do Instituto de Terras e Colonização de Roraima – Iteraima”; **Projeto de Lei n. 324/2021**, que “cria cargos comissionados na estrutura da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima – Femarh-RR e altera o anexo I da Lei n. 1.373, de 27 de janeiro de 2020”, de autoria governamental; **Projeto de Lei n. 267/2021**, que “institui a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Roraima – Faperr e dá outras providências”, de autoria governamental; **Projeto de Lei n. 336/2021**, que “dispõe sobre a criação de funções gratificadas para atender o funcionamento da estrutura organizacional da Casa Militar da Governadoria; a extinção de cargos comissionados previstos na Lei n. 852, de 14 de junho de 2012; a extinção de cargos comissionados previstos na Lei Delegada n. 17, de 14 de fevereiro de 2003; a revogação da Lei n. 852, de 14 de junho de 2012, e dá outras providências”, de autoria governamental; **Mensagem Governamental n. 063/2021**, de veto parcial ao Projeto de Lei n. 030/2021, que cria a Política Estadual de Incentivo ao Consumo Sustentável e dá outras providências”, de autoria governamental; **Projeto de Lei n. 303/2021**, que “altera o parágrafo único do art. 1º da Lei n. 215, de 11 de setembro de 1998”, de autoria governamental; **Projeto de Lei n. 171/2020**, que “altera a Lei n. 862, de 18 de julho de 2012, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados, no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, em relação a acordo e transação judicial, fixa o valor para efeito de Requisição de Pequeno Valor – RPV, na forma prevista nos §§ 3º e 4º do artigo 100 da Constituição Federal de 1988, e dá outras providências”, de autoria governamental; **Projeto de Lei Complementar n. 009/2021**, que “dispõe sobre critérios de distribuição do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e

de Comunicação – ICMS, pertencente aos municípios, revoga a Lei Complementar n. 293, de 17 de agosto de 2020, e dá outras providências”, de autoria governamental.

Temos alguns projetos de lei, deputado Jorge, inclusive foi construído com Vossa Excelência quais seriam votados.

Suspendo a Sessão por três minutos.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Temos quórum qualificado. Dou por reaberta a Sessão.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da Mensagem Governamental n. 062/2021, de veto parcial ao Projeto de Lei n. 174/2019.

O Senhor Primeiro-Secretário **Gabriel Picanço** – (Lida a Mensagem Governamental n. 062/21 de veto parcial ao projeto de Lei n. 174/2019).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – O Parecer da CCJ é pela rejeição ao veto.

Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos para a votação. A votação será nominal/eletrônica.

Votando “sim”, os senhores deputados mantêm o veto; votando “não”, rejeitam o veto.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** pede orientação de voto. – Presidente, trata-se de veto parcial, apenas a um dispositivo do projeto de lei, que não atrapalha o projeto. A orientação do Governo é para manutenção do veto.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – O líder do governo orienta voto “sim”, pela manutenção do veto.

Solicito abertura do painel para votação.

Dou por mantido o veto parcial ao Projeto de Lei n. 174/2019, por 13 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Parecer ao Projeto de Lei Complementar n. 008/2021.

O Senhor Primeiro-Secretário **Gabriel Picanço** – (Lido o Parecer ao Projeto de Lei Complementar n. 008/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão o projeto com as emendas.

Não havendo quem queira discutir, passamos para a votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os senhores deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei Complementar n. 008/2021, por 13 votos “sim”, nenhum “não” e nenhum a abstenção.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Parecer ao Projeto de Lei n. 334/2021.

O Senhor Primeiro-Secretário **Gabriel Picanço** – (Lido o Parecer ao Projeto de Lei n. 334/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão o projeto.

Não havendo quem queira discutir, passamos para a votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os senhores deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei n. 334/21, por 13 votos “sim”, nenhum “não” e nenhum a abstenção.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Parecer da Comissão ao Projeto de Lei n. 335/2021

O Senhor Primeiro-Secretário **Gabriel Picanço** – (Lido o Parecer ao Projeto de Lei n. 335/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão o projeto.

Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os senhores deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei n. 335/2021, por 13 votos “sim”, nenhum “não” e nenhuma a abstenção.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura do Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 124/2021.

A Senhora Primeira-Secretária **Catarina Guerra** – (Lido o Parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 124/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Em discussão o Projeto de Lei n. 124/2021.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**– Peço o apoio dos meus pares porque a Defensoria Pública é uma instituição que faz, realmente, um trabalho fantástico. Hoje, inclusive, está no Baixo Cotingo, em Normandia, fazendo o seu dever com a população. Então, peço o apoio dos demais pares.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando “sim”, os senhores deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** pede orientação de voto. – Senhor presidente, é um projeto importante da Defensoria, e por isso a orientação da liderança é para o voto “sim” ao projeto.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Votando “sim”, os deputados aprovam o projeto; votando “não”, o rejeitam. A orientação do líder do Governo é votar “sim”.

Dou por aprovado o Projeto de Lei n. 124/2021, por 14 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Solicito à senhora primeira-secretária a leitura do Parecer ao Projeto de Lei n. 252/2021.

A Senhora Primeira-Secretária **Catarina Guerra** - Lido o Parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 252/2021.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Em discussão o Projeto de Lei n. 252/2021. Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando “sim”, os senhores deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei n. 252/2021, por 14 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Solicito à senhora primeira-secretária a leitura do Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 263/2021.

A Senhora Primeira-Secretária **Catarina Guerra** – (Lido o Parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 263/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Em discussão o Projeto de Lei n. 263/21. Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando “sim”, os senhores deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei n. 263/21, por 14 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Solicito à senhora primeira-secretária a leitura do Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 307/2021.

A Senhora Primeira-Secretária **Catarina Guerra** – (Lido o Parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 307/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Em discussão o Projeto de Lei n. 307/21. Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando “sim”, os senhores deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Só para esclarecer, todos os servidores do Iact serão absorvidos pelo Iater ou pela Femarh. Aqueles que fazem parte da diretoria florestal serão absorvidos pela Femarh e os demais serão absorvidos pelo Iater. A estrutura criada será até de melhor qualidade.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei n. 307/21, por 14 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Solicito à senhora primeira-secretária a leitura do Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 317/2021.

A Senhora Primeira-Secretária **Catarina Guerra** – (Lido o Parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 317/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Em discussão o projeto. Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando “sim”, os senhores deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei n. 317/21, por 14 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Solicito à senhora primeira-secretária a leitura do Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 264/2021.

A Senhora Primeira-Secretária **Catarina Guerra** – (Lido o Parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 264/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Em discussão o Projeto de Lei n. 264/2021. Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando “sim”, os senhores deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei n. 264/2021, por 14 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Solicito à senhora primeira-secretária a leitura do Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 309/21.

A Senhora Primeira-Secretária **Catarina Guerra** – (Lido o Parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 309/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Em discussão o Projeto de Lei n. 309/2021. Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando “sim”, os senhores deputados aprovam a matéria; votando não, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** pede justificativa de voto. – Senhor presidente, peço aos meus pares que votem favorável aos servidores do Ministério Público, e quem está na sala vip aqui para votar também.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Dou por aprovado o Projeto de Lei n. 309/2021, por 14 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Solicito à senhora primeira-secretária a leitura do Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 308/2021.

A Senhora Primeira-Secretária **Catarina Guerra** – (Lido o Parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 308/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Em discussão o Projeto de Lei n. 308/2021. Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando “sim”, os senhores deputados aprovam a matéria; votando não, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei n. 308/2021, por 14 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura do Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 312/2021, de autoria governamental.

A Senhora-Primeira Secretária **Catarina Guerra** - (Lido o Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 312/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão o projeto.

O próximo Projeto de Lei a entrar em pauta é o Sistema de Proteção dos Militares. O deputado Chagas pediu inversão de pauta.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - Nesse aí eu não quero votar. Irei votar contra. Estou avisando.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – O de Proteção Social?

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Sim, porque eu acredito que é um patrimônio público muito importante a questão social. O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – É a frequência dos militares?

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Não, eu estou me referindo do transporte. Eu estou votando “não”.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Lembrando que é uma decisão judicial, para abrir uma licitação para as empresas poderem disputar a concorrência das linhas de ônibus. Hoje ela é só uma concessão monocrática por parte do governo e serão chamadas públicas daqui para frente. Não é isso, líder do Governo?

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Exatamente, senhor presidente, visando tornar mais democrático, transparente e público o certame para as concessões das linhas de transportes intermunicipal. São concessões que foram dadas lá atrás, há anos, e há diversas empresas no Estado querendo ter a oportunidade e a Justiça determinou que fosse encaminhado a esta Casa um projeto de lei para que as linhas fossem licitadas. Esse é o objeto do projeto que está em votação.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo mais quem queira discuti-lo, coloco em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam; votando “não”, rejeitam a matéria.

Solicito à abertura do painel eletrônico.

Dou por encerrada a votação. Por 8 votos “sim”, 6 votos “não” e nenhuma abstenção, declaro aprovado o Projeto de Lei n. 312/2021. O projeto teve a maioria dentre os presentes.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura do Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 313/2021, de autoria governamental.

A Senhora-Primeira Secretária **Catarina Guerra** - (Lido o Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 313/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam; votando “não”, rejeitam a matéria.

Solicito à abertura do painel eletrônico.

Dou por encerrada a votação. Por 14 votos “sim”, nenhum “não” e nenhuma abstenção, declaro aprovado o Projeto de Lei n. 313/2021.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura do Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 316/2021.

A Senhora-Primeira Secretária **Catarina Guerra** – (Lido o Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 316/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam; votando “não”, rejeitam a matéria.

Solicito à abertura do painel eletrônico.

Dou por encerrada a votação. Por 14 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 316/2021, de autoria governamental.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura do Parecer e voto ao Projeto de Lei Complementar n. 012/. Solicito a leitura do Parecer e voto com as emendas.

A Senhora-Primeira Secretária **Catarina Guerra** – (Lido o Parecer e voto ao Projeto de Lei Complementar n. 012/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam; votando “não”, rejeitam a matéria.

Solicito à abertura do painel eletrônico.

Projeto de Lei Complementar precisa de um quórum qualificado, treze votos.

Dou por encerrada a votação. Por 15 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei Complementar n. 012/2021.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura do Parecer e voto ao Projeto de Lei Complementar n. 010/2021, de autoria do Poder Executivo. É o projeto da Procuradoria.

A Senhora-Primeira Secretária **Catarina Guerra** – (Lido o Parecer e voto ao Projeto de Lei Complementar n. 010/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam; votando “não”, rejeitam a matéria.

Solicito à abertura do painel eletrônico.

Dou por encerrada a votação. Por 15 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei Complementar n. 010/2021.

Projeto de Lei n. 320/2021, que dispõe sobre a alteração da Lei n. 1450, de 18 de janeiro de 2021, sobre o Plano Plurianual- PPA, para o quadriênio 2020-2023. Solicito a leitura do Parecer e voto.

A Senhora-Primeira Secretária **Catarina Guerra** – (Lido o Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 320/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam; votando “não”, rejeitam a matéria.

Solicito à abertura do painel eletrônico.

Dou por encerrada a votação. Por 15 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 320/2021.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura do Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 321/2021.

A Senhora-Primeira Secretária **Catarina Guerra** – (Lido o Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 321/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam; votando “não”, rejeitam a matéria.

Solicito à abertura do painel eletrônico.

Dou por encerrada a votação. Por 15 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 321/2021.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura do Parecer e voto ao Projeto de Lei Complementar n. 011/2021. Solicito a leitura do Parecer e voto com as emendas.

A Senhora-Primeira Secretária **Catarina Guerra** – (Lido o Parecer e voto ao Projeto de Lei Complementar n. 011/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando sim, os deputados aprovam; votando não, rejeitam a matéria. O Projeto recebeu mais de uma dúzia de emendas.

Solicito à abertura do painel eletrônico.

Dou por encerrada a votação. Por 15 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei Complementar n. 011/2021.

Projeto de Lei n. 322/2021, que autoriza aporte de capital em favor da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (Caer), no valor que especifica. Solicito a leitura do Parecer e voto.

É um aporte de capital por parte do Governo do Estado na Caer para implementar o projeto “Água na Minha Casa”, algo assim, para as pessoas que não têm caixa d’água na sua residência.

A Senhora-Primeira Secretária **Catarina Guerra** – (Lido o Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 322/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam; votando “não”, rejeitam a matéria.

Solicito à abertura do painel eletrônico.

Dou por encerrada a votação. Por 15 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 322/2021.

Projeto de Lei n. 323/2021, que cria cargos comissionados na estrutura do Instituto de Terras e Colonização de Roraima – Iteraima. Solicito a leitura do Parecer e voto.

A Senhora-Primeira Secretária **Catarina Guerra** – (Lido o Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 323/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam; votando “não”, rejeitam a matéria.

Solicito à abertura do painel eletrônico.

Dou por encerrada a votação. Por 15 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 323/2021.

Projeto de Lei n. 324/2021, que cria cargos comissionados na estrutura de Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima – Femarh-RR e altera o anexo I da Lei n. 1373, de 27 de janeiro de 2020, de autoria governamental. Solicito a leitura do Parecer e voto

A Senhora-Primeira Secretária **Catarina Guerra** – (Lido o Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 324/2021).

A Senhora Presidente **Aurelina Medeiros** – Coloco-o em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam; votando “não”, rejeitam a matéria.

Solicito à abertura do painel eletrônico.

Dou por encerrada a votação. Por 14 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 324/2021.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura do Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 267/2021. Esse projeto tem uma emenda de plenário. Tanto eu como a deputada Catarina apresentamos essa emenda. Ela é nossa, organizando números e valores desse estudo. Como o amparo da pesquisa é igual ao da Caer e da Femarh, estava com valor inferior. São dois cargos que estão sendo regularizados os valores, como se fossem de diretores em todas as autarquias. Peço que faça a leitura do voto com a emenda, pois o relator irá defender.

A Senhora-Primeira Secretária **Catarina Guerra** – (Lido o Parecer ao Projeto de Lei n. 267/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão o projeto com a emenda de plenário, que voltou à comissão de origem e acatou a emenda feita pelos deputados Marcelo, Gabriel e Catarina. Votando “sim”, os deputados aprovam; votando “não”, rejeitam a matéria com a emenda.

Solicito à abertura do painel eletrônico.

Dou por encerrada a votação. Por 15 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 267/2021.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura do Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 336/2021.

A Senhora-Primeira Secretária **Catarina Guerra** – (Lido o Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 336/2021).

Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão o projeto. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam; votando “não”, rejeitam a matéria.

Solicito à abertura do painel eletrônico.

Dou por encerrada a votação. Por 15 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 336/2021, de autoria governamental.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura do Parecer e voto à Mensagem Governamental de Veto n. 063/2021, com o veto parcial.

A Senhora-Primeira Secretária **Catarina Guerra** – (Lido o Parecer e voto à Mensagem Governamental de Veto n. 063/2021).

Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão o Veto Governamental ao Projeto de Lei n. 030/2021, veto parcial. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. Votando “sim”, os deputados mantêm o veto parcial, votando “não”, rejeitam o veto parcial.

Solicito a abertura do painel eletrônico.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** pede justificativa de voto – A liderança encaminha o voto “sim”. É um veto parcial que não atrapalha a essência do projeto.

Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Dou por encerrada a votação. Por 15 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, declaro aprovada a Mensagem Governamental n. 063/2021, de veto parcial ao Projeto de Lei n. 030/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura do Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 303/2021.

A Senhora-Primeira Secretária **Catarina Guerra** – (Lido o Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 303/2021).

Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão o Projeto de Lei n. 303/2021. Votando “sim”, os deputados aprovam; votando “não”, rejeitam a matéria.

Solicito à abertura do painel eletrônico.

Dou por encerrada a votação. Por 15 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 303/2021.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura do Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 171/2021, que altera a Lei n. 862, de 18 de julho de 2012, que “dispõe sobre os procedimentos a serem adotados, no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, em relação a acordo e transação judicial, fixa o valor para efeito de requisição de pequeno valor – RVP, na forma revista nos §§ 3º e 4º do artigo 100 da Constituição Federal de 1988”, e dá outras providências. A comissão deliberou ontem e nós chegamos a um entendimento de que 17 salários mínimos é o valor do RVP. O Governo colocou 15 e a OAB pediu 25 e depois baixou para 20, e nós chegamos no meio termo de 17,5. A Assembleia, como sempre, conciliadora.

A Senhora-Primeira Secretária **Catarina Guerra** – (Lido o Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 171/2021).

Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam; votando “não”, rejeitam a matéria.

Solicito à abertura do painel eletrônico.

Dou por encerrada a votação. Por 10 votos “sim”, 5 votos “não” e nenhuma abstenção, declaro aprovado o Projeto de Lei n. 171/2021. Lembrando que temos 15 deputados em Plenário, então, foi pela maioria dos presentes.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura do Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 009/2021.

A Senhora-Primeira Secretária **Catarina Guerra** – (Lido o Parecer e voto ao Projeto de Lei n. 009/2021).

Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam; votando “não”, rejeitam a matéria.

Solicito à abertura do painel eletrônico.

Dou por encerrada a votação. Por 14 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, declaro aprovado o Projeto de Lei n. 009/2021.

Damos por encerrada a Ordem do Dia. Solicito a inclusão dos projetos que não foram votados hoje para a Ordem do Dia de amanhã. Solicito aos deputados, em especial à Comissão de Orçamento, ao relator e à presidente do Orçamento, aos membros da Comissão de Orçamento e Comissão Mista, que possamos fazer a discussão no dia de amanhã das emendas da LDO e da LOA. A nossa previsão é de votar o orçamento na próxima quinta-feira. Então, seria importante a participação dos deputados apresentando as suas emendas à discussão ao orçamento. Explicações Pessoais. Com a palavra, o deputado Evangelista Siqueira.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** - Senhor

Presidente, eu não poderia deixar de trazer aqui a realidade que nós estamos aqui discutindo há vários dias, há várias mãos, sobre a questão do reajuste salarial dos trabalhadores, que é um direito perante tantas perdas que nós tivemos, mas, sobretudo, citar mais uma vez a categoria educacional, que é a minha categoria, a que já soma mais de 36% de perdas salariais aos longos dos últimos anos. Praticamente seis anos sem ter uma reposição salarial e hoje, é essa discussão que nós estamos travando aqui, já sentamos algumas vezes com a Comissão de Orçamento, já sentei agora há pouco com o deputado Marcelo Cabral, juntamente com a deputada Lenir Rodrigues, pedindo a ele essa sensibilidade de atender a categoria educacional. Nós sabemos que o professor, ao longo desse período de pandemia, carregou nas costas a educação virtualizada tendo que tirar do seu bolso para comprar equipamentos mais potentes, para pagar internet, pagar energia mais cara para a central de ar ficar ligada o dia inteiro, e até agora não houve uma sinalização nesse sentido. Já falei com o governador sobre isso e a gente entende que o momento não é fácil, que o orçamento não é comprometido, mas nós temos que buscar uma alternativa, seja do tesouro, seja de tirar e encontrar esse mecanismo no tesouro do Estado para beneficiar às categorias e os servidores públicos. Aqui eu volto a insistir na categoria da educação, os trabalhadores que já somam 36% de perdas ao longo desses anos. Deputado Marcelo Cabral, a gente pede a sua sensibilidade, nós estivemos reunidos hoje pela manhã; eu você e a deputada Lenir, já sentamos com os trabalhadores e trabalhadoras em educação; o deputado Renato já disse que as emendas que nós apresentarmos serão contempladas, mas nós precisamos que o Governo do Estado envie esse projeto que garanta essa reposição salarial, porque na LDO que nós aprovamos aqui, no meio do ano, já previa o reajuste e essa reposição, porém precisa ser feito por um projeto próprio e é isso que nós provamos ao Governo do Estado. Gostaria de lembrar que nós estamos aí numa frente pela cultura roraimense, buscando a implementação orçamentária para que a cultura do nosso Estado desenvolva as suas atividades, sobretudo no tocante no fomento da cultura, aos editais. Encontramos um mecanismo de que os deputados façam a alocação de emendas para contemplar o segmento, já temos deputados que se disponibilizaram a isso e nós já estamos trabalhando nesse sentido, a aí vai meu total e irrestrito apoio aos 470 guerreiros que estão lutando aqui para o chamamento da segunda turma da PM, que têm o meu apoio e nós buscamos essas pautas para viabilizar o segmento dos trabalhadores e das trabalhadoras de nosso Estado, que são os que levam todos os dias as políticas públicas em Roraima. Muito obrigado, senhor presidente!

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor presidente, apenas para destacar o empenho da Mesa Diretora desta Casa, dos deputados desta Casa que permaneceram em plenário, mesmo após a tentativa de obstrução conduzida pelo deputado Jorge Everton e mais alguns colegas que a gente respeita, mas quinze deputados permaneceram em plenário para votar projetos importantes para o estado de Roraima, que fez com que avançassem essas proposições e fossem votadas. Foram trinta proposições. Se não cometo nenhum erro na soma, foram dois vetos aos projetos de lei que foram votados, sendo um projeto do Ministério Público e outro da Defensoria e 26 do Poder Executivo. São projetos importantíssimos de diversas categorias, que, com certeza, visam o poder em nome da liderança do Governo. Então, em nome da liderança do governo, do Governo do Estado, a gente agradece aos deputados e aos servidores desta Casa, da Superintendência Legislativa e de outros setores que contribuíram, de forma decisiva, para que votássemos antes do recesso parlamentar e o Governo pudesse sancionar, publicar e pôr em prática. É o nosso agradecimento a todos. Obrigado!

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio**- Em Explicações Pessoais, a deputada Lenir Rodrigues.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - Eu quero parabenizar duas categorias. Hoje é dia do atleta e hoje é dia do artista profissional. Então, esta Casa tem o dever de ter o reconhecimento ao atleta, ao artista profissional, que são duas categorias importantíssimas para o desenvolvimento de nosso Estado. Era isso, senhor Presidente!

O Senhor Deputado **Renan** – Senhor Presidente, queria parabenizar, assim como o deputado Chagas falou, a postura da Mesa desta Casa. Acredito que a população está sendo beneficiada. O Governador do Estado sabe, agora, mais que mais do que nunca, que pode contar com esta Casa. Claro que respeitamos a opinião dos outros nobres colegas, mas fizemos o nosso papel. Eu tive que me ausentar por mais ou menos uma hora, em uma questão de urgência no HGR, uma criança chegou precisando fazer uma cirurgia, mas nós chegamos a tempo para contribuir. Mas, parabenizo a liderança do Governo, em nome do deputado Coronel Chagas, que é o meu líder, assim como a vice-líder

Catarina Guerra, e parabeno todos os colegas pelo trabalho que está sendo feito aqui nesta Casa. Ali a gente está vendo a CPI da saúde, onde foi feito um grande trabalho e ficamos felizes, não é, deputada Lenir? De, independente de algumas desavenças que existam, e isso é normal dentro do Parlamento onde há vinte e quatro deputados extremamente aguerridos e dedicados ao mandato, pois o que a gente promete para as pessoas é representar e mudar a vida delas.

Não poderia deixar de aproveitar a oportunidade para parabenizar o meu filho, que completa 16 anos hoje. Não estou com ele, mas quero desejar toda saúde, que é o mais importante hoje e felicidade para ele nesse momento de uma nova vida, de uma nova etapa. Era isso, senhor Presidente. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio**- Não havendo mais nenhum deputado que deseje fazer uso da palavra em Explicações Pessoais, agradeço a presença de todos os deputados. Fizemos um esforço concentrado hoje para votar os projetos que, há dias, tramitavam dentro desta Casa, e estavam à disposição de todos os deputados através de nosso sistema de votação. Eu tenho orientado os deputados a acompanharem o nosso sistema, SAPL, que nós adotamos exatamente para dar mais transparências na tramitação das matérias desta Casa. Um ou outro deputado ainda não se adaptou, ainda estão querendo fazer as discussões no momento, no calor das emoções, sendo que o certo é o deputado se inteirar, com antecedência, pois tem oportunidade, pois o sistema está a sua disposição para que ele possa acessar essa matéria. O Governo tem 21 deputados que compõem a sua base. Sem sombra de dúvidas, há uma base coesa, unida. Naturalmente um ou outro deputado diverge de alguma matéria. Por exemplo, há alguns deputados que defendem a convocação de mais uma leva de policiais militares, mas, como foi falado aqui durante toda manhã, o Governo foi dentro do seu limite, autorizando a convocação de mais de 240 candidatos e a gente respeita a opinião do colega que pensa o contrário, que, naturalmente, se retirou do Plenário em apoio aos policiais. Mas, naturalmente esse deputado vai entender a posição do Governo do estado, os limites, até porque temos outras demandas para serem atendidas como a reposição salarial que foi falado aqui pela deputada Lenir, deputado Evangelista, deputado Chagas, deputado Jorge e Renan, enfim, todos os deputados que têm esse compromisso com a reposição salarial dos servidores públicos. Estamos em plena conversa com o governador Antonio Denarium, que, em breve, deve anunciar boas novas aos policiais e aos servidores públicos, inclusive aos próprios policiais. Então, agradeço e vejo aqui apenas um esforço concentrado para votar as matérias de interesse. Mais uma vez eu aconselho aos deputados a se apropriarem da Lei Orçamentária que tramita nesta Casa junto ao relator e à Comissão de Orçamento, onde é formada uma Comissão Mista, que é formada praticamente por todos os deputados, que possam se inteirar do conteúdo da LOA para que a gente possa aprofundar a discussão no dia de amanhã, e, se tudo der certo, a gente a possa votar até sexta-feira ou na semana seguinte, dependendo da vontade da maioria. Fora isso, agradecemos a presença de todos e vamos almoçar. Boa tarde!

E, não havendo mais nada a tratar, às quatorze horas e vinte e três minutos, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia vinte e dois de dezembro, à hora regimental.

Participaram da Sessão as senhoras deputadas e os senhores deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Eder Lourinho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, Jalsen Renier, Jeferson Alves, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Neto Loureiro, Nilton Sindpol, Odilon Filho, Renan, Renato Silva, Soldado Sampaio, Tayla Peres e Yonny Pedroso.**

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

RESOLUÇÃO Nº 0016/2022

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **Gabriel Filgueira Pessoa Picanço**, com destino a Cidade de Brasília/DF, saindo no dia 18.01.2022, com retorno no dia 20.01.2022, para participar do Ato de posse da nova diretoria da UNALE, gestão do ano de 2022.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 14 de janeiro de 2022

Prof. Raimundo Nonato Carneiro de Mesquita

Superintendente-Geral

Matrícula nº 25567 / ALE/RR

RESOLUÇÃO Nº 0017/2022

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento dos servidores abaixo relacionados, com destino a cidade de Brasília/DF, saindo no dia 18.01.2022 e retornando no dia 20.01.2022, para fazer cobertura jornalística da participação do Excelentíssimo Senhor Deputado Gabriel Filgueira Pessoa Picanço, no Ato de posse da nova diretoria da UNALE, gestão do ano 2022.

MATRICULA	SERVIDORES
17813	Gabriele Vital do Nascimento
11746	Rondinele da Silva Esbell

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 14 de janeiro de 2022

Prof. Raimundo Nonato Carneiro de Mesquita

Superintendente-Geral

Matrícula nº 25567 / ALE/RR

RESOLUÇÃO Nº 0018/2022

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento dos servidores abaixo relacionados, com destino aos Municípios de São João da Baliza e Rorainópolis/RR, saindo no dia 21.01.2022 e retornando no dia 23.01.2022, para acompanhar o Superintendente de Programas Especiais, o Senhor **Marcelo de Magalhães Nunes**, em visita técnica, sem ônus de diárias para esta Casa Legislativa.

MATRICULA	SERVIDORES
26287	Helio Fernando da Silva
24678	Keytiane de Almeida melo
26803	Márcio Oliveira Pires de Sousa
27469	Neires Cristiane Lau da Costa

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 14 de janeiro de 2022.

Prof. Raimundo Nonato Carneiro de Mesquita

Superintendente-Geral

Matrícula nº 25567 / ALE/RR

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

RESOLUÇÃO Nº 0049/2022-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Interromper, a partir de **13/01/2022** o usufruto das férias do (a) servidor (a) **SERGIO MATEUS**, matrícula nº 14599, programada para o período de 03/01/2022 a 01/02/2022, referente ao exercício de 2015, por necessidade da administração, conforme MEMO Nº 007/2022 – PGA/ALERR.

Art. 2º Os 20 dias restantes das férias interrompidas serão usufruídas em data oportuna.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito a contar de 13/01/2022.

Palácio Antônio Martins, 14 de janeiro de 2022.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812